

# FEMINISMOS E TRADUÇÃO: APONTAMENTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS PARA OS ESTUDOS FEMINISTAS TRANSNACIONAIS DA TRADUÇÃO

Olga Castro<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade de Warwick, Grã Bretanha, Reino Unido

María Laura Spoturno<sup>2</sup>

<sup>2</sup>Universidade Nacional de La Plata, Buenos Aires, Argentina

Tradução de: Maria Barbara Florez Valdez<sup>3</sup>

Beatriz Regina Guimarães Barboza<sup>3</sup>

<sup>3</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

**Resumo:** Este artigo propõe um marco metodológico amplo para a formulação dos estudos feministas transnacionais da tradução, feito a partir de uma posição localizada e, portanto, necessariamente limitada. Para este fim, delimitamos nossa indagação na era dos feminismos transnacionais e, além disso, colocamos os feminismos transnacionais e os estudos feministas da tradução em relação. Após oferecer um estado da questão sobre a trajetória das perspectivas feministas de/sobre a tradução mais influentes em nosso contexto, para evidenciar seus princípios articuladores ao longo do tempo, valorizamos o espaço que existe nelas na atualidade para alojar novos debates em voga nos feminismos transnacionais. Especificamos o sentido da interseccionalidade, chave para explicar como distintos regimes de opressão interagem em um mundo marcado pela globalização e pelos valores neoliberais, destacando o papel (ético) fundamental da tradução para facilitar (ou obstruir) alianças transfronteiriças que desafiem as hegemônias imperantes. Reconhecemos assim, em nossa proposta dos estudos feministas da tradução, as colaborações de formulações feministas realizadas em espaços acadêmicos, centrando-nos principalmente nos



Esta obra utiliza uma licença Creative Commons CC BY:  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

latino-americanos, ibéricos e norte-americanos. Em seguida, analisamos os desafios e oportunidades propostas ao aplicar a perspectiva dos feminismos transnacionais aos estudos feministas da tradução e indicamos áreas de interesse comum já desenvolvidas. Nossa definição dos estudos feministas transnacionais da tradução se complementa com uma reflexão sobre possíveis intervenções que, a partir deste marco epistemológico, buscam influenciar, ter um impacto e transformar a prática e a pesquisa em matéria de tradução.

**Palavras-chave:** Feminismos e Tradução; Estudos Feministas (Transnacionais) da Tradução; Interseccionalidade; Alianças Transfronteiriças; Epistemologias

## FEMINISM AND TRANSLATION: CONCEPTUAL AND METHODOLOGICAL NOTES FOR TRANSNATIONAL FEMINIST STUDIES IN TRANSLATION

**Abstract:** The main aim of this paper is to offer a comprehensive methodological framework for transnational feminist translation studies from a situated, and thus necessarily limited position. In order to do this, we will frame our research within the era of transnational feminisms, and establish a fruitful dialogue between transnational feminisms and feminist translation studies. The most influential proposals in the field of feminist translation studies in our context will be reviewed with a two-fold purpose: first, to clarify the basic principles of this field as it developed over time, and second, to assess the extent to which these formulations may incorporate current debates in transnational feminisms. The concept of intersectionality, key to explain how different interlocking systems of oppression interact in a world defined by globalization and neoliberal values, will be laid out highlighting the fundamental (ethical) role translation has in enabling (or disabling) cross-border alliances that can challenge prevailing hegemonies. Our proposal of transnational feminist translation studies acknowledges the contributions made by feminist theories and practices in scholar settings, focusing mainly in the Latin American, Iberian, and North American settings. After analysing the challenges and opportunities of conceptualizing translation studies from a transnational feminist perspective, we will scrutinize some of the areas of common interest already explored in previous scholarship. Our definition of feminist transnational translation studies is complemented by a critical reflection on different interventions articulated from this epistemological framework, seeking to influence, impact and transform the practice of and research on translation.

**Keywords:** Feminisms and Translation; (Transnational) Feminist Translation Studies; Intersectionality; Cross-border Alliances; Epistemologies

## 1. Introdução<sup>1-2</sup>

Os feminismos convocam uma perspectiva crítica e plural para pensar, sentir, estar e agir no mundo, uma vez que constituem posições que buscam transformar a estrutura da sociedade para alcançar uma vida mais justa para todas as pessoas, independentemente de suas identidades sexuais e de gênero. Contribuem assim com todas as disciplinas científicas e campos do saber, incluindo áreas de sistematização recente, como os estudos da tradução ou tradutologia, isto é, o exame sistemático de distintos aspectos relacionados com a teoria, o ensino e a prática da tradução. As teorias feministas são retomadas em um número crescente de reflexões analíticas e propostas de intervenção sobre o fenômeno da tradução, as quais, vistas em seu conjunto, nos permitem falar dos estudos feministas como uma área dentro dos estudos da tradução.

Contudo, os enfoques feministas sobre a tradução não permaneceram invariáveis, mas foram se transformando em diálogo com distintas formulações das teorias feministas para dar resposta a novas e diferentes materializações do patriarcado e outros sistemas de opressão ao longo do tempo, assim como a suas distintas manifestações em diversos contextos discursivo-lingüísticos, geopolíticos e socioculturais. Não existe, portanto, uma definição nem uma práxis dos estudos feministas da tradução que seja única nem

---

<sup>1</sup> Texto primeiramente publicado em espanhol no periódico *Mutatis Mutandis. Revista Latinoamericana de Traducción*, vol. 13, nº: 1, 2020, janeiro–junho, p. 11–44, que aqui traduzimos com autorização de sua equipe editorial e das autoras.

<sup>2</sup> Pesquisa financiada pelo Projeto “Corpos em Trânsito 2: Diferença e Indiferença”. Ref.: ffi- 2017-84555-C2-2-P, mineco-feder, Governo da Espanha. Também conta com o apoio da Agência Nacional de Promoção Científica e Tecnológica [PICT 2017-2942], do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas e da Universidade Nacional de La Plata [H/825 (2017-2020)], Argentina.

universal que abarque todos os seus possíveis objetos de estudo em nosso planeta plurilíngue, no qual os intercâmbios linguísticos, culturais, sociais, políticos e econômicos produzem-se através da tradução há séculos. Não obstante, como ponto de partida, torna-se útil conceber os estudos feministas da tradução como a aplicação de uma perspectiva feminista sobre os estudos da tradução, que inevitavelmente estará determinada pelo contexto temporal, espacial e socio-histórico em que se desenvolva. Desse modo, se há mais de duas décadas se propunha uma reflexão sobre a tradução na “era do feminismo” (Flotow, *Translation and gender. Translation in the ‘era of feminism’*), no presente artigo situamos nossa indagação na era dos feminismos transnacionais. Nossa objetivo é propor algumas linhas programáticas dos estudos feministas transnacionais da tradução (de agora em diante, eftt), o que implicará necessariamente uma troca entre os feminismos transnacionais e os estudos feministas da tradução.

Parte de nossa motivação na hora de escrever este artigo surge de constatar certa indefinição conceitual em torno da noção de “transnacional” no campo dos estudos feministas da tradução, o que reduz suas possibilidades de aplicação. Talvez, pelo fato do sentido habitual de “transnacional” nos estudos da tradução (e também nos estudos culturais e literários) se definir simplesmente como *aquilo que transcende fronteiras* (Vatanabadi), torna-se difícil compreender o sentido que esse termo tem nos feminismos (transnacionais), em cujo coração adquire um forte aspecto político e contra-hegemônico, que se reativa através de alianças transfronteiriças. Esse último é, como julgamos e veremos, o significado que o termo manterá quando aplicado aos estudos feministas da tradução.

Na primeira seção deste artigo, oferecemos uma aproximação aos feminismos transnacionais como proposta teórica e movimento ativista, que introduz a interseccionalidade como chave epistemológica para explicar como distintos sistemas de opressão interagem em um mundo marcado pela globalização e pelos valores neoliberais. Ao mesmo tempo, essa proposta destaca o papel fundamental da tradução para facilitar (ou obstruir) alianças transfronteiriças

que questionem as assimetrias, inclusive entre mulheres<sup>3</sup>, como passo prévio para transformar a realidade e promover debates que se oponham à violência colonial. Continuando, na segunda seção revisamos a trajetória daquelas perspectivas feministas de/sobre tradução mais influentes, com o propósito de explicar os princípios articuladores dos estudos feministas da tradução e avaliar quais espaços existem nela, na atualidade, para abrigar as propostas dos feminismos transnacionais. Na terceira e última seção, analisamos os desafios e oportunidades que a perspectiva dos feminismos transnacionais propõe aplicar aos estudos da tradução e identificamos áreas de interesse em comum já desenvolvidas. Isso nos situará em posição de realizar uma proposta mais formalizada dos eftt, que contempla também a reflexão sobre aspectos éticos, e de indicar finalmente áreas potenciais nas quais se poderiam gerar avanços produtivos. Ao longo de todo o trabalho, a inclusão de exemplos deve entender-se como parte de nosso esforço por oferecer uma caracterização mais detalhada, sem pretensão de exaustividade.

Antes de começar, é preciso uma consideração sobre nosso posicionamento autoral e nosso saber localizado (Haraway). Dado que os saberes estão construídos de forma social e cultural e são acessíveis em certos códigos linguísticos e canais de difusão, as propostas aqui esboçadas estão inevitavelmente marcadas por nossas experiências de vida e pela parcialidade geopolítica e interdisciplinar iniludível de nossas localizações como pesquisadoras de instituições universitárias e científicas que constituem centros de poder em países localizados nos eixos denominados *Norte global* e *Sul global*<sup>4</sup>. Dos dois idiomas que nós autoras compartilhamos,

---

<sup>3</sup> Nossa utilização do plural “mulheres” é inclusiva e deve ser entendida para além das categorias normativas cisgênero e/ou binárias.

<sup>4</sup> Essas metáforas aludem aos esquemas que afetam a distribuição da riqueza, dos privilégios associados a essa distribuição e ao desenvolvimento (Dados e Connell). Seu uso, controvertido no campo dos estudos sociais (Schwarz; Jessop), é habitual; no entanto, dentro de numerosas formulações feministas (inclusive as transnacionais), servem em seu interior para explicar a orientação dos fluxos de circulação e também dos movimentos sociais. Neste trabalho, o emprego desses

a escolha consciente do espanhol diante do inglês como língua de expressão é resultado de nosso empenho para contribuir com a subversão da hegemonia do inglês como língua franca na produção acadêmica em geral (Descarries, “The hegemony of the English language in the academy”) e, mais concretamente, nos Estudos da Tradução (Susam-Saraeva) e na teoria feminista (Descarries, “Language is not neutral: The construction of knowledge in the social sciences and humanities”)<sup>5</sup>. É a partir dessa posição localizada que reivindicamos uma constante revisão autocrítica de nossos saberes para evitar que nossas categorias e reflexões adquiram uma universalidade que nos tornaria cúmplices do projeto imperialista ocidental<sup>6</sup> contra o qual, na realidade, nos manifestamos através de nossa proposta. A partir de nossa perspectiva, necessariamente incompleta e limitada, convidamos ao diálogo construtivo que possa gestar-se entre esta proposta e as visões de colegas de outras experiências e saberes localizados. Por trás do estabelecimento de diálogos e encontros, e de promover, na medida de nossas possibilidades, trocas de saberes fecundos, este trabalho se apoia em uma extensa bibliografia, que esperamos que seja de interesse para quem transite por sua leitura.

---

termos se limita a evocar o diálogo de acordo e tensão que estabelecemos com essas formulações feministas. Somos conscientes de que as relações geopolíticas do mundo contemporâneo não podem se classificar através desse binarismo.

<sup>5</sup> Fora do contexto acadêmico, o espanhol adquire tons hegemônicos para ambas autoras, devido à marca da colonização que carrega tanto na América Latina como nas nações sem Estado da Espanha com línguas próprias, estas ameaçadas pela (im)posição dominante do castelhano.

<sup>6</sup> O binômio conhecido como *oriente/ocidente* é também motivo de questionamento nas ciências sociais (Pattberg). Como indica Khader (2019), os conceitos *Norte* e *ocidente* frequentemente se solapam, e se a divisão oriente/ocidente costuma se relacionar mais com o imperialismo, já Norte/Sul suscita uma relação maior com a riqueza econômica. Assim como no caso das metáforas *Norte global/Sul global*, a problematização rigorosa da dicotomia *oriente/ocidente* excede os objetivos deste trabalho.

## 2. A era dos feminismos transnacionais

### 2. 1. Da hegemonia à interseccionalidade

O marco epistemológico aqui adotado está definido pelas teses dos feminismos transnacionais. Eles constituem um ponto de partida inevitável, uma vez que oferecem uma perspectiva chave para explicar e responder às problemáticas atuais que afetam a humanidade em nosso mundo globalizado, marcado pelo imperialismo e pelos valores neoliberais, e assim conseguir avançar rumo à justiça global para todos os seres humanos. Os feminismos transnacionais compreendem um conjunto de teorias e práticas localizadas que rechaçam a existência de um ponto de vista único para analisar a opressão de gênero. Em vez disso, afirmam que a opressão de gênero, bem como outros sistemas de opressão, está inevitavelmente atravessada por diversas variáveis identitárias e contextos geopolíticos.

A conceitualização do feminismo com o qualificativo de “transnacional” se originou em espaços universitários e acadêmicos dos Estados Unidos e Canadá a partir de duas publicações pioneiras: *Scattered Hegemonies: Postmodernity and Transnational Feminist Practices* (Grewal e Kaplan) e *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures* (Alexander e Mohanty). A primeira, a partir de uma perspectiva pós-moderna, advoga pela multiplicidade de subjetividades que resultam da destruição das hegemonias presentes nas relações de gênero, como forma de evitar a reprodução dos “gestos com pretensão universal das culturas ocidentais” (Grewal e Kaplan, 17). A segunda publicação, a partir de postulados críticos contra o colonialismo, rejeita as amarras intelectuais do feminismo global e do feminismo internacional, que homogeneizam todas as mulheres a partir de um único padrão (o ocidental), para reivindicar “uma forma de pensar sobre as mulheres em contextos similares do mundo todo, em espaços geográficos diferentes, ao invés de pensar como todas as mulheres do mundo todo” e defender “uma compreensão de um conjunto das relações desiguais que se estabelecem entre pessoas individuais e grupos de

pessoas” (Alexander e Mohanty, xix). No entanto, convém pontuar que, na prática, a própria categoria de transnacional possui riscos, já que pode levar a “hierarquias disfuncionais” (Alexander, 183) que ocultam os mecanismos explícitos através dos quais os processos transnacionais interagem, criando novas desigualdades. As questões de hegemonia linguística em encontros transfronteiriços são, como veremos, um bom exemplo disso. Não obstante, e assim como as autoras mencionadas, reivindicamos a categoria de transnacional por seu potencial para desvelar as “histórias coloniais, neocoloniais e imperialistas” (Alexander e Mohanty, “Cartographies of knowledge and power. Transnational feminism as radical praxis”, 24) que definem certos contextos feministas transformando-os em excludentes. Desse modo, a ética que atravessa os feminismos transnacionais busca decolonizar o universalismo (Khader) das propostas hegemônicas que considera(va)m as mulheres brancas, cisgênero, de classe média e heterossexuais como sujeitos do feminismo, dado que assumir o universalismo etnocêntrico ocidental teria como consequência “impedir a possibilidade de definir a emancipação das mulheres em termos distintos daqueles das interpretações hegemônicas ocidentais” (Giraldo, 165). Assim, os feminismos transnacionais se nutrem dos legados intelectuais e políticos de propostas dos feminismos racializados, de classe, marxistas, pós-coloniais, decoloniais, indígenas, do autodenominado terceiro mundo, dissidentes, lésbicos e *queer*, para citar alguns<sup>7</sup>. Põem em evidência a natureza unidimensional do feminismo hegemônico ocidental (Sandoval), revelam sua visão monolítica do gênero e advogam por uma leitura relacional das distintas camadas identitárias sobre as quais operam sistemas de opressão como o racismo, o classismo ou o cis-heterossexismo.

Por seu caráter profundamente contra-hegemônico, os feminismos transnacionais reconhecem também como chave o conceito de

---

<sup>7</sup> *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras* (hooks *et al.*) oferece em tradução ao espanhol uma seleção ampla de publicações chave para os feminismos aqui nomeados.

interseccionalidade. Se, em um primeiro momento, a interseccionalidade se propôs como categoria jurídica de aplicação contextual e prática (Crenshaw), posteriormente se formalizou como paradigma (Hancock) capaz de dar conta da percepção imbricada das relações de poder e das dimensões múltiplas da opressão, as quais, em última instância, implicam uma experiência da discriminação de gênero originada também em interação com outras variáveis, como raça/etnia, classe, sexualidade, nacionalidade, migração, religião, idade ou diversidade funcional. Embora se constate a existência de perspectivas interseccionais temporalmente anteriores<sup>8</sup>, a denominação “interseccional” se tornou uma das metáforas feministas mais difundidas nos contextos acadêmicos ocidentais (McCall). Como afirma Kathy Davis (2008), a virada interseccional na teoria feminista faz com que se torne inimaginável agora que se centre ou pense as lutas feministas exclusivamente na discriminação de gênero como categoria unidimensional.

## 2.2 Da antiglobalização às alianças transfronteiriças

Além de adotar a interseccionalidade como princípio vertebrador, o fato de os feminismos transnacionais se articularem contra todo tipo de opressão implica uma crítica aos feminismos internacionais e globais<sup>9</sup>, por tomarem como referência o sujeito *mulher ocidental*, por centrarem-se nos limites fronteiriços dos Estados-nação (os primeiros) e serem cúmplices do poder do capital e das políticas neoliberais impostas pelo primeiro mundo (os segundos). Sob forma da globalização econômica e cultural, essas políticas neoliberais exacerbam as desigualdades entre grupos sociais e culturais, além de fomentar a exploração humana, inclusive a de algumas

---

<sup>8</sup> Ver a introdução da seção temática de *Mutatis Mutandis* em que o texto de Olga Castro e María Laura Spoturno foi publicado (v. 13, n. 1, 2020) para um exemplo dessas perspectivas nos contextos latino-americanos e ibéricos.

<sup>9</sup> Entre os trabalhos criticados, encontram-se os de Susan Okin (1998) e Martha Nussbaum (2001). Para uma revisão dessas críticas, conferir Ackerly e Attanasi (2009).

mulheres sobre outras<sup>10</sup>, a exploração da natureza, assim como a exploração de outras espécies. Mas além de gerar desigualdades, a globalização oferece também oportunidades para estabelecer alianças entre mulheres distantes e distintas, nos fluxos de redes feministas transnacionais (Moghadam, 2005; Ferree e Tripp, 2006) que permitam entender as desigualdades de gênero de maneira interseccional e contextualizada em cada situação geopolítica. Esses encontros transfronteiriços, centrados tanto nas diferenças quanto nos pontos em comum entre mulheres de diversos contextos (Walby), possuem além disso um potencial excepcional para favorecer intercâmbios intelectuais, políticos e culturais (e também linguísticos) que, precisamente por seu caráter transnacional, possam subverter as relações de poder entre os espaços imaginários denominados *Norte global* e *Sul global*, entendidos como metáforas representativas das relações de poder.

Para transcender os limites que nos impõem essas categorizações, ao adotarmos um ativismo feminista transfronteiriço, deve-se promover espaços de encontro colaborativos que sejam deliberadamente polifônicos (Reimóndez, “We need to talk... to each other. On Polyphony, postcolonial feminism and translation”). Essas alianças com frequência plurilíngues requerem que todas as vozes, independentemente de seu idioma de comunicação e seu lugar de enunciação originário, possam expressar-se, ser escutadas e transformar-se em igualdade de condições. Portanto, torna-se imperativo intervir nas hierarquias de poder baseadas na localização e na direcionalidade dos fluxos epistemológicos que, ainda no presente, privilegiam o tráfego de conhecimento em um sentido único, o imposto pelo imperialismo cultural dominante. Urge não somente “evitar as narrativas que se orientam do *ocidente-ao-resto-do-mundo* e desenvolver diálogos com orientação Sul-Sul” (Costa, “Lost (and found?)

---

<sup>10</sup> Optamos por falar de “outras mulheres” (ao invés de “Outras mulheres”, “mulheres do Norte”, “mulheres do Sul”, “mulheres do Terceiro mundo” ou “mulheres do Primeiro mundo”) para fazer constar que somos todas mulheres, independentemente do espaço geopolítico e imaginário no qual se desenvolvam nossas vidas. Buscamos evitar assim um ponto de vista exotizante e etnocêntrico.

in translation. Feminisms in hemispheric dialogue”, 73, *ênfase nossa*), mas também gerar espaços diversos para a construção do conhecimento produzido no chamado Sul global, que facilitem, ao invés de obstruir, sua circulação ao Norte, e assim transpassar os limites impostos pelos centros hegemônicos de poder.

Torna-se igualmente crucial evitar enfoques que levem a despolitizar as alianças transnacionais que se gestam em e com o Sul global. Em seu lugar, a viagem das narrativas enunciadas *do-resto-do-mundo-ao-oeste* deve ir acompanhada de uma crítica aos privilégios epistêmicos do denominado Norte, como garantia de ruptura com práticas hegemônicas. Entre elas, a imposição do inglês como língua franca, a formulação de teorias no Norte us(urp)ando os exemplos empíricos proporcionados pelo Sul, ou a fascinação por aspectos facilmente domesticáveis e exotizantes do Sul sem questionar a dominação imperialista que supõem. De modo similar, para garantir uma verdadeira polifonia, as narrativas que se geram no chamado Sul e se propõem em um fluxo de circulação interno (Sul-Sul) devem sempre interrogar quais assimetrias essas alianças transnacionais podem gerar. Somente assim se poderá evitar que se escutem unicamente certas vozes, enquanto outras são excluídas sistematicamente, como se evidencia na denúncia de um grupo de mulheres indígenas a respeito da imposição do espanhol como única língua dos encontros feministas latino-americanos e do Caribe do ano de 2007 (Ancalano).

Finalmente, os feminismos transnacionais põem em relevo a criação de alianças transfronteiriças capazes de transformar as relações de poder assimétricas entre espaços diversos, inscritos imaginariamente nos chamados Norte e Sul. Nesse sentido, os feminismos transnacionais como

[um] conjunto interseccional de conhecimentos, ferramentas e práticas com capacidade para (a) ocupar-se de raciocínios racializados, de classe, masculinizados e heteronormativos, assim como de práticas de globalização e de patriarcados capitalistas e da multiplicidade de formas nas quais se (re)

estruturam as relações coloniais e neocoloniais de dominação e subordinação; (b) lutar contra as formas complexas e contraditórias nas quais esses processos definem e, ao mesmo tempo, são definidos por uma gama de subjetividades e conhecimentos de agência individual e coletiva; e (c) entrelaçar críticas, ações e autorreflexão para opor resistência a expectativas apriorísticas sobre o que pode constituir uma política feminista em um lugar e tempo determinado. (Nagar e Lock Swarr, 5)

se complementam com a apreciação de que uma perspectiva feminista transnacional deve “identificar as possibilidades de um ativismo transfronteiriço criado pela globalização, com uma ênfase nos modos pelos quais o neoliberalismo em particular gera novas opressões e novas oportunidades feministas” (Khader, 20). Neste caso, para alcançar esse ímpeto transformador das alianças transnacionais, devemos considerar dois aspectos. O primeiro remete à necessidade de que a práxis colaborativa retenha seu espírito autocrítico a todo momento, a fim de que “possa operar-se aos efeitos paralisadores que emanam da institucionalização da academia e do ativismo” (Nagar e Lock Swarr, 14). Somente a autocritica permitirá evitar as desigualdades e hierarquias dentro das alianças feministas, mediante a “recusa de uma suposta afinidade natural baseada unicamente na identidade de gênero compartilhada e o reconhecimento das possíveis cumplicidades de alguns feminismos nas histórias nacionais de imperialismo, colonialismo e escravidão” (Davis, *The making of Our Bodies, Ourselves: How feminism travels across borders*, 208), inclusive quando, sem dúvida e como exemplifica a própria Davis, esta gere situações contraditórias. O segundo aspecto indica que, para que esses encontros transfronteiriços polifônicos sejam possíveis, a tradução é necessária.

## 2.3 Dos feminismos transnacionais aos feminismos tradutológicos

Do que foi exposto até agora, depreende-se que a tradução é condição *sine qua non* para as trocas tranfronteiriças em alianças entre mulheres; em outras palavras, “a tradução é essencial para o ativismo feminista; isto é, não pode existir uma política feminista próspera sem a tradução” (Davis, em Nagar *et al.*, p. 111). Caberia esperar que a teoria feminista em geral, e os feminismos transnacionais em particular, concedam ou tenham concedido um espaço central em suas teorizações à tradução, entendendo-a como prática de mediação ideológica. No entanto, esse não é (sempre) o caso. No espaço anglófono (no qual nos centramos por ser ali onde se gestam os feminismos transnacionais), os manuais e livros-texto raramente dedicam espaço à tradução (mas sim à literatura e à linguagem), com bem poucas exceções como o recente *The Bloomsbury Handbook of 21<sup>st</sup>-Century Feminist Theory*, que inclui um capítulo sobre tradução (Flotow, “Translation”). A respeito dos feminismos transnacionais, durante mais de uma década as

considerações sobre as maneiras específicas pelas quais algumas colaborações e solidariedades transnacionais puderam se articular, promulgar, mediar, traduzir e representar em e através dos espaços transfronteiriços do mundo acadêmico do Norte... ocuparam um lugar muito periférico ou implícito nesses debates (Nagar e Lock Swarr, 5).

A hegemonia linguística do inglês se transforma, pois, em um dos pontos fracos do feminismo transnacional, provavelmente como resultado de sua teorização em instituições praticamente monolíngues e como parte de uma tendência geral na qual os estudos culturais se realizam “completamente em inglês, em detrimento de atender à diversidade de idiomas do mundo” (Simon, “Introduction”, 12). Constatamos, no entanto, ventos de mudança nesse

sentido (Palmary). Já contribui para isso a crescente atenção que os feminismos transnacionais despertam fora da academia anglo-saxônica. Um bom exemplo é o número especial sobre “Feminismos Transnacionais: saberes e estéticas pós/descoloniais” (Schmidt e Macedo), publicado na brasileira *Revista Estudos Feministas*, o qual inclui valiosas contribuições que examinam sua complementariedade com as perspectivas decoloniais (Bozzano).

Voltando à tradução, em um artigo de Claudia de Lima Costa (2006) sobre as alianças (ou falta delas) entre os feminismos latinos dos Estados Unidos e os feminismos latino-americanos, indica-se pela primeira vez o papel da tradução de maneira explícita para examinar a forma como esta possibilitou ou obstruiu esses encontros. Esse aspecto foi abordado também em trabalhos de Sonia E. Alvarez (“Construindo uma política feminista translocal da tradução”; “Enacting a translocal feminist politics of translation”) e de ambas autoras (Costa e Alvarez, “A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução”; “Dislocating the sign: Toward a translocal feminist politics of translation”). Além delas, outras feministas transnacionais que reivindicaram em seus escritos a importância da tradução são Kathy Davies (2007), quem estuda as adaptações das traduções de *Our Bodies, Ourselves* aos saberes locais das culturas alvo para facilitar o ativismo; Millie Thayer (2010), com seu estudo etnográfico sobre as relações entre ONGs que trabalham com mulheres do espaço rural no Brasil, feministas profissionais urbanas e doadoras do Norte global; Richa Nagar (2014), quem expõe os desafios éticos da tradução ao trabalhar a partir da academia com ativistas de ONGs na Tanzânia e na Índia; ou Min Dongchao (2017), que, em um estudo recente, explora como as teorias feministas viajam até a China através da tradução e influenciam no desenvolvimento da práxis feminista local.

Por fim, percebemos um reconhecimento maior, ainda que tímido, da diversidade linguística e da tradução por parte de alguns feminismos transnacionais; e propomos visibilizá-lo referindo-nos a eles como “feminismos tradutológicos”. Antes de poder articular nossa proposta para os eftt (anexo 4), avaliaremos o espaço que

existe para os feminismos tradutológicos nos discursos dominantes sobre os estudos feministas da tradução.

### **3. Trajetórias (dominantes) nos estudos feministas da tradução**

#### **3.1. Genealogias: práticas e teorias feministas**

Partindo de uma concepção dos estudos feministas da tradução como a que foi esboçada na introdução, torna-se uma tarefa impossível traçar o início exato das primeiras práticas e teorias que questionam os papéis de gênero tradicionais. Assim, ao realizar uma incursão na historiografia da tradução, pode-se identificar diversos exemplos de estratégias aplicadas em traduções que surgem de uma consciência crítica, em geral “isolada”, de algumas mulheres que atuavam como tradutoras e que viam na tradução um potencial óbvio para a disruptão do *status quo*. Se ainda assim não se reivindicaram como tradutoras feministas — nem o feminismo nem os estudos da tradução existiam como tais —, hoje podemos incluir suas figuras e seus feitos nesse âmbito. Seu trabalho define a prática da tradução como mediação política, dado que a própria realização das traduções supõe, com frequência, uma subversão da ordem estabelecida e uma crítica dos papéis que a sociedade patriarcal designa às mulheres. Nas traduções dessas mulheres, as reflexões sobre a tradução se encontram, em alguns casos, nos espaços designados pelos paratextos e, em outros, permanecem implícitas na própria seleção dos textos e nas estratégias e técnicas de tradução que se aplicam. Ainda não há nessas obras uma metodologia para a tradução feminista, mas constituem um antecedente muito valioso. Além dos estudos pioneiros sobre tradutoras (e pesquisadoras da tradução) mais conhecidos do âmbito ocidental, também nos contextos latino-americanos e ibéricos se realizaram numerosos trabalhos no campo da historiografia (feminista) da tradução que

expõem contribuições iniciais de muitas tradutoras. (Para mais informações, ver Anexo bibliográfico, seção i).

Um ponto de inflexão na busca por influenciar a constituição da disciplina dos estudos da tradução a partir de uma perspectiva explicitamente feminista, com suas práticas textuais e suas reflexões teóricas, chega pelas mãos de tradutoras muito influenciadas pelo auge dos debates feministas na América do Norte. Alguns dos exemplos mais conhecidos em combinações linguísticas com o espanhol e o inglês são de Suzanne Jill Levine (“Translation as (sub)version: On translating Infante’s inferno”; *The subversive scribe: Translating Latin American fiction*), a “escriba subversiva”, que enfrenta a misoginia de escritores latino-americanos como Manuel Puig e Guillermo Cabrera Infante, ou as estratégias intervencionistas de Carol Maier (1985), que solucionam o sexismo das obras de Octavio Armand. Em ambos casos, as tradutoras contam com a “aprovação” dos autores pós-modernos desses textos hostis. Com relação à tradução de textos afins, cabe mencionar as reflexões de Miriam Díaz-Diocaretz (1985) sobre suas estratégias na tradução do feminismo lésbico da poesia de Adrienne Rich. Também Carol Maier (1998) ensaiou estratégias a partir de um enfoque que autoquestiona o ser mulher (*woman interrogated*) a partir da tradução de textos como os de Rosario Castellanos, Rosa Chacel ou María Zambrano.

Contudo, nenhuma dessas propostas recebeu tanto reconhecimento, nem gerou tanto impacto no campo dos estudos da tradução, como as práticas feministas de tradução realizadas também nas décadas de oitenta e noventa do século XX por um grupo de escritoras, tradutoras e acadêmicas, rodeadas pela produção literária feminista de vanguarda do Quebec, um território bilíngue, bicultural, atravessado por lutas de independência política e reivindicação de identidades linguísticas e culturais<sup>11</sup>. A posteriormente denominada Escola canadense se gestou através de um conjunto de práticas de

---

<sup>11</sup> Para uma caracterização dessas propostas, ver Nikolaïdou e López Villalba (1997) e Blume (2010).

tradução, acompanhadas por reflexões teórico-metodológicas, que tinham por objeto a reescrita de textos francófonos, abertamente vanguardistas e feministas, para um público canadense anglófono conhecedor do contexto literário e sociopolítico a partir do qual se enunciavam as traduções. Para transmitir o potencial significativo desses textos feministas francófonos em sua tradução ao inglês, uma língua que perdia o poder evocativo alcançado através do gênero gramatical no texto fonte, as tradutoras canadenses experimentaram novas formas e estratégias, muito conscientes do público para o qual escreviam e sem pretensões universalistas quaisquer (Flotow, “Feminist translation: Contexts, practices and theories”). Essas traduções ao inglês foram muitas vezes criticadas por sua complexidade linguística e estilística somente acessível a um público bilíngue e culto (Voldeng), esquecendo-se que, na realidade, os originais já eram textos reservados para certas audiências instruídas e que a circulação das traduções se limitou principalmente ao “campo de produção marginal, em revistas vanguardistas e editoras feministas, sem o capital cultural necessário para produzir um reconhecimento autorizado dentro de redes sociais mais amplas” (Godard, 91–92).

Tanto em sua prática quanto em suas reflexões, as tradutoras buscavam criticamente apelar à construção da subjetividade, da diferença e do poder na linguagem, infundindo nela um olhar ético e político. A partir desse novo marco conceitual, a tradução se define como uma prática de escrita autônoma, subversiva e cooperativa, ao invés de ser como uma ação reprodutiva e de segunda ordem, na qual se devem negociar e revitalizar os procedimentos enunciativos para que a tradução mantenha em tensão os valores que se associam ao patriarcado, as ordens sociais sexistas e sua naturalização, assim como a própria materialidade discursiva. As tradutoras canadenses deixaram plasmadas reflexões e observações sobre sua práxis em obras que se tornaram referências inevitáveis para o campo (Lotbinière-Harwood; Simon, *Gender in translation*; Flotow, *Translation and gender. Translation in the ‘era of feminism’*).

A recepção, práticas de tradução e aplicação dos postulados da Escola canadense, e em menor medida as propostas de Levine

e Maier, receberam tanto elogios quanto críticas. Entre as últimas, se destacam as de Rosemary Arrojo (1994, 1995) quando as qualifica como orgásticas e as acusa de sustentar um discurso duplo e de aplicar uma ética hipócrita e contraditória, questão que logo retomam outras teóricas (Vidal Claramonte). Esses argumentos foram satisfatoriamente rebatidos por Simona Bertacco (2003), Flotow (2005) e Nuria Brufau Alvira (2010), que demonstraram que essa crítica surge de uma compreensão parcial e descontextualizada das propostas, que ignora, por exemplo, as particularidades dos distintos projetos tradutórios e o público alvo dessas traduções. Outro aspecto que consideram eticamente insustentável da crítica de Arrojo é a conceitualização e localização da misoginia e do feminismo em um mesmo nível. Além disso, as críticas contra as tradutoras feministas canadenses fomentaram a percepção generalizada de que sua proposta é sinônimo de tradução feminista (apenas). Isso levou, posteriormente, a concepções erradas da proposta canadense que lhe concederam um caráter universal e, portanto, à aplicação descontextualizada de suas estratégias em outras línguas, textos e contextos não comparáveis. Surgem também outras propostas relevantes que buscam diferenciar-se da Escola canadense. Por exemplo, nos Estados Unidos, Françoise Massardier-Kenney (1997) redefine a prática feminista da tradução para reescrever e reinscrever autoras distantes da/na cultura alvo. Sua proposta se articula sobre estratégias que se centram na autoria (recuperação, comentário, resistência) e na tradução (comentário, textos paralelos, colaboração).

### **3.2. A tradução e os estudos feministas da tradução em expansão geopolítica e epistemológica**

Com a mudança de milênio, à medida que os estudos da tradução se institucionalizam em muitas universidades, encontramos um renovado interesse em distintos trabalhos para continuar refletindo sobre os estudos feministas da tradução. Essas contribuições demonstram um evidente crescimento geopolítico e epistemológico

que podemos notar a partir de nosso saber localizado. A respeito da expansão geopolítica, a Europa é um dos focos onde proliferam essas reflexões, majoritariamente em inglês, mas também em outros idiomas do continente. No entanto, questionamos a possibilidade de falar de uma “nova tradição europeia” (Santaemilia, “Gender and translation: A new European tradition?”, 11), uma vez que esta denominação tende a homogeneizar a diversidade de enfoques “europeus” (desde Espanha, Itália, França ou Grã-Bretanha, até Turquia, Polônia, Lituânia, os países nórdicos ou os chamados países do Leste, passando por nações sem estado como Galicia, Catalunha ou o País Basco), à medida que invisibiliza a variedade de contribuições realizadas a partir de outros contextos culturais e linguísticos (por exemplo, estudos realizados em/sobre a China e Taiwan, países árabes ou a América Latina, um tanto em especial no Brasil). Todos eles abarcam a produtividade dessa área de estudo e formação na atualidade, ainda que não se conceda a todos a mesma centralidade (a partir das universidades ocidentais).

Por sua parte, a expansão epistemológica alcança tanto uma ampliação do objeto de estudo quanto uma maior sofisticação e complexificação das categorias de análise. Em primeiro lugar, a abertura temática deve ser vista em relação à virada cultural dos estudos da tradução (Bassnett e Lefevere), a qual propõe deixar de estudar unicamente a tradução como prática interlingüística para considerar os aspectos culturais, ideológicos e políticos que a rodeiam e que afetam a reescrita de um texto e sua recepção em distintos contextos. Influenciados por essa virada, os estudos feministas da tradução reexaminam e ampliam seus horizontes, interrogando-se a respeito das práticas que se incluem ou devem ser incluídas sob o rótulo de tradução; e, ainda que se tenha reivindicado a continuação dessa abertura temática para continuar (re) examinando horizontes, considerando-a própria da “terceira onda nos estudos feministas da tradução”(Castro Vázquez, 2009/Castro, 2017), nos distanciamos agora da metáfora das ondas uma vez que

ela acaba sendo limitante<sup>12</sup>. A título de exemplo, dentro dos contextos ibéricos e latino-americanos, começam a tratar, a partir de uma perspectiva feminista, de temas como a tradução de paratextos, a censura em determinados períodos históricos, o papel das editoras e demais agentes participantes nas lutas de poder inerentes aos processos de tradução, a tradução do discurso científico e especializado, a tradução audiovisual e publicitária, aspectos trabalhistas da profissão, pedagogia e didática do ensino da tradução, assim como questões de interpretação. (Para mais informações, ver Anexo bibliográfico, seção ii).

Em segundo lugar, a expansão epistemológica está relacionada também com uma maior complexificação das categorias de análise, defendida por algumas autoras em especial, mas que não se encontra sempre presente em todos os trabalhos publicados atualmente. Na maioria dos casos, a releitura crítica de algumas das categorias formuladas nos anos oitenta e noventa do século XX conduz a problematizá-las e/ou reelaborá-las tendo em vista novas teorizações sobre gênero e tradução. Em diálogo com os chamados estudos pós-coloniais, complexificou-se a categoria *mulher* e desestabilizou-se a categoria *gênero* para libertá-las de todo essencialismo. Busca-se ampliar assim tanto o conceito de tradução quanto os campos específicos de ação da tradução feminista em prol de abordar temas para além da tradução literária. Por exemplo, Rosario Martín Ruano (2008) pontua o excessivo binarismo com o qual se conceitualiza sobre mulheres e homens, consideradas categorias estanques e monolíticas, passando por cima do modo pelo qual a variável gênero interage com outras camadas identitárias. Surge, de fato, a obrigação de atender aos aspectos interseccionais que

---

<sup>12</sup> O posicionamento político que adotamos no marco dos feminismos transnacionais torna inadequado o uso da metáfora das “ondas feministas”, com a que se historiciza os feminismos nos Estados Unidos e também em algumas regiões da Europa, uma vez que invisibiliza o pensamento feminista não ocidental desenvolvido historicamente em outros lugares do planeta (Nicholson, “Feminism in ‘waves’: useful metaphor or not?”).

atravessam a complexa constituição das mulheres e suas lutas, também liberadas através da e na tradução.

A respeito da problematização da categoria *mulher*, a partir de uma perspectiva pós-moderna e aplicando-a à tradução de autoras chicanas ao catalão, Pilar Godayol (2000) defende uma visão dinâmica e não normativa que permita individualizar as singularidades de cada mulher dentro de distintos grupos, plurais também, de mulheres. Sua proposta, que atinge as categorias de identidade e subjetividade, tem um grande impacto no campo. “Traduir com (a) dona” (“Traduzir como (uma) mulher”) implica pensar o discurso da tradução feminista em um espaço no limiar e intermediário, o qual, por estar sempre marcado por diversas fronteiras, obriga à desnaturalização das categorias patriarcais e à construção de novos sentidos. De maneira gradual, a articulação da prática da tradução feminista e das denominadas perspectivas pós-coloniais abre o caminho para pensar em uma ética tradutora política e solidária (Sales Salvador, “Traducción, género y poscolonialismo. Compromiso traductológico como mediación y affidamento femenino”; “La más inesperada travesía. Algunas reflexiones desde la práctica como traductora de literatura transcultural”; Calefato e Godayol, *Traducción/género/poscolonialismo*; Reimóndez, “Faros na escurredade. Ideoloxía e tradución nos enfoques feministas e poscoloniais”), assim como nas formulações decoloniais feitas na América Latina e no Caribe (Ruiz Trejo e Betemps “Epistemologías y prácticas feministas cruzadas: las posibilidades de la traducción y la importancia decolonial”; Araújo e Silva-Reis). A problematização da categoria *mulher* (e, em especial, “mulher negra”, por não ser unívoca nem universal) se realiza também a partir dos estudos sobre tradução e negritude (Andrade Salgueiro; Adeaga; Araújo, Silva e Silva-Reis, “Estudos da tradução & mulheres negras à luz do feminismo”.; Curiel; Melo), uma área emergente e muito prolífica no Brasil, a que recentemente a revista feminista de gênero e sexualidade Ártemis dedicou um número especial com o título

*Dossiê: Tradução e feminismos negros* (Araújo, Silva e Silva-Reis, “Dossiê: Tradução e feminismos negros”)<sup>13</sup>.

Por seu lado, a relevância da interseccionalidade para compreender a tradução feminista se demonstra na tese de doutorado de Nuria Brufau Alvira (2009), na qual se propõe a noção de “tradução interseccional” como prática de tradução mais dinâmica, flexível e de caráter ético, que articula os diferentes eixos que constituem a identidade<sup>14</sup>. Trata-se, conforme entendemos, da primeira proposta a rascunhar a contribuição da tradução interseccional na “era do feminismo transnacional”, razão pela qual nosso trabalho estabelece com ela um diálogo fecundo. A necessidade de reconhecer o componente transnacional no âmbito da tradução e dos estudos feministas da tradução se liga com o modelo de tradução de Brufau Alvira no chamamento por sociedades mais justas e igualitárias. Na paralela, a proliferação de estudos sobre a tradução que dialogam com e se inscrevem no ativismo lgbti+ e *queer* paulatinamente deram lugar à criação de áreas que, atualmente, oferecem desenvolvimentos de suas próprias categorias e metodologias (Para mais informações, ver Anexo bibliográfico, seção iii).

A urgência de ampliar as abordagens e de seguir aprofundando as categorias de análise, bem como a necessidade imperiosa de estabelecer encontros transdisciplinares significativos, começam a se tornar mais evidentes. No item que segue, nos ocupamos de algumas publicações que retomam estas novas linhas para apresentar posteriormente um esboço mais orgânico dos eftt.

---

<sup>13</sup> Não temos conhecimento de iniciativas similares que tenham sido realizadas no contexto brasileiro em revistas dos estudos da tradução.

<sup>14</sup> Flotow (*Translation and gender. Translation in the ‘era of feminism’*) convoca a pensar em feminismos no plural e na relevância da singularidade dos diversos contextos de estudo. Não obstante, a proposta de tradução em relação com a interseccionalidade e a metramorfose é posterior (Flotow, “Contested gender in translation: Intersectionality and metamorphics”).

## **4. Apontamentos para os estudos feministas transnacionais da tradução**

### **4.1. Diálogos emergentes: estudos feministas da tradução e feminismos transnacionais**

Desde as primeiras formulações dos estudos feministas da tradução no final do século XX, a maneira de entender e refletir acerca da tradução feminista se transformou. Na atualidade, o reconhecimento urgente das questões de ordem linguística, cultural, social, econômica e política que interpelam todas e cada uma das mulheres em todas as latitudes e longitudes do planeta, deu lugar à publicação de trabalhos que começam a empreender diálogos frutíferos entre os estudos feministas da tradução e os feminismos transnacionais. Nossa reformulação mais abarcante e programática das chaves dos eftt se inscreve em diálogo com essas publicações. Como observamos ao analisar os paradigmas estabelecidos e emergentes dentro dos estudos feministas da tradução (anexo 3), estes novos enfoques infundem um olhar situado e problematizam o gênero como categoria de análise, para responder à necessidade imperativa de introduzir a noção de interseccionalidade e adicionar assim uma perspectiva mais complexa aos modos pelos quais diversos sistemas de opressão interagem e afetam diferentes mulheres e grupos de mulheres em distintos lugares do mundo.

Para esta reformulação, é decisivo valorizar as contribuições dos feminismos transnacionais (anexo 2). Nesse campo, manifesta-se de maneira cada vez mais explícita a diversidade linguística e a tradução como mecanismos fundamentais para possibilitar encontros transfronteiriços e projetos ativistas transnacionais. Aproveitam-se assim as novas possibilidades que a globalização oferece e questionam-se os valores capitalistas e neoliberais que essa mesma globalização impõe. Além disso, esses novos enfoques indicam a conveniência de examinar a direcionalidade dos fluxos de tradução como forma de problematizar todos os tipos de hegemonias na produção, circulação e recepção de conhecimentos, incluindo a hege-

monia do inglês como língua franca. O interesse nestas questões, por parte dos feminismos transnacionais e dos estudos feministas da tradução, abre uma incipiente linha de pesquisa e um ativismo produtivo que propomos compreender dentro dos eftt. Certamente, os últimos anos dão mostras de trabalhos autenticamente interdisciplinares, que são tanto transfronteiriços por transcenderem as fronteiras entre as disciplinas tradicionais, quanto transdisciplinares, pela transformação que opera no intercâmbio entre as próprias disciplinas. Estes estudos supõem a base e o antecedente sobre os quais construímos nossa proposta programática.

Proveniente do campo dos feminismos transnacionais, uma das primeiras contribuições a levar ao título a imbricação da tradução na luta dos feminismos contra as hegemonias é o volume *Trans-localities/Translocalidades: Feminist Politics of Translation in the Latin/a Americas*. A obra, organizada por Sonia E. Alvarez, Claudia de Lima Costa, Verónica Feliu, Rebecca Hester, Norma Klahn e Millie Thayer (2014), alcançou uma notável difusão nos círculos dos estudos feministas da tradução, especialmente por sua proposta de articular uma política translocal da tradução que permita analisar os fluxos de teorias feministas ao longo de todo o continente americano. Duas de suas impulsionadoras, as já mencionadas Alvarez e Costa, contribuíram e contribuem fortemente para a conceitualização da tradução em relação com os feminismos. Para elas, a tradução, na medida em que é fundamental para a migração de seus discursos e ideias, constitui um “espaço de discussão feminista” de relevância (Costa e Alvarez, “Dislocating the sign: Toward a translocal feminist politics of translation”, 557). Em consonância, entendem a tradução como um espaço privilegiado para analisar criticamente as representações de poder e as assimetrias que se geram entre as línguas, e destacam duas questões: a centralidade da tradução para a construção e circulação de conhecimentos através de fluxos de teorias e a necessidade de examinar as formações epistemáticas e os marcos institucionais que dão espaço (ou não) a esses fluxos. Também no ano de 2014, a revista de teoria feminista *Signs* dedicou seu número especial à tradução, os estudos feministas e a

hegemonia do inglês (*Translation, Feminist Scholarship, and the Hegemony of English*). Outra pesquisa do campo dos feminismos transnacionais, publicada na coleção da Routledge *The Feminist Imagination –Europe and Beyond*, é a já mencionada *Translation and Travelling Theory. Feminist Theory and Praxis in China*, de Min Dongchao (2017). Nesta obra, insiste-se em superar o monolinguismo dos estudos culturais transnacionais anteriores, pois “a tradução é uma forma única de entender a produção de conhecimento do feminismo transnacional ou, na verdade, de qualquer transnacionalismo” (Min Dongchao, *Translation and travelling theory. Feminist theory and praxis in China*, 13).

A partir do campo dos estudos da tradução, a coleção *Routledge Advances in Translation and Interpreting Studies* publicou, com diferença de meses, *Translating Women: Different Voices and New Horizons* (Flotow e Farzaneh) e *Feminist Translation Studies. Local and Transnational Perspectives* (Castro e Ergun, *Feminist translation studies. Local and transnational perspectives*). A primeira surge da crítica que um trabalho anterior de Flotow recebeu, *Translating Women* (Flotow), devido ao seu “etnocentrismo”, bem como se pode ver na seção de agradecimentos do livro. Esta nova compilação de ensaios se constrói sobre um exercício de autorreflexão que conduz, finalmente, a um avanço significativo na disciplina, ao introduzir novos casos de estudo e paradigmas teórico-metodológicos através de uma aliança acadêmica que deve enfrentar desafios linguísticos, acadêmicos e éticos. A partir de uma perspectiva feminista e transnacional, esta compilação busca sua voz tomando distância dos centros hegemônicos de poder e mostrando a relevância de atender também as pesquisas que surgem em (relação com) espaços diversos como, entre outros, Arábia Saudita, China, Colômbia, Irã e Japão, assim como no seio dos povos originários no México e Canadá.

De uma presença crítica explícita, a segunda obra começa com uma declaração contundente: “o futuro dos feminismos está no que é transnacional e o transnacional só é possível através da tradução” (Castro e Ergun, “Introduction: Re-envisioning feminist translation

studies: Feminisms in translation, translations in feminism”, 1). O volume, de recorte mais metodológico e transdisciplinar, conceitualiza a tradução em termos de ativismo feminista, com capítulos que exploram a tradução em relação com projetos transnacionais como o *Global Feminisms* e o movimento *SlutWalk*. Em seu interior, também são examinadas práticas culturais em contextos diversos como Iraque, Marrocos, Galicia, Canadá, Alemanha, Itália, Polônia, China, Índia, Estados Unidos e França. Sem dúvida, a articulação entre estudos da tradução e feminismos se manifesta através do esforço das editoras por tornar acessíveis a um público potencial, dentro do campo dos estudos da tradução, as visões que algumas filósofas feministas (transnacionais) de renome têm sobre a tradução. Como expressa a entrevistada Judith Butler: “não há como existir solidariedade sem tradução, e certamente nenhuma solidariedade global” (em Nagar *et al.*, 113).

Contudo, a produção destes livros editados (em inglês) com contribuições de autoras situadas em distintos contextos acadêmicos não está isenta de desafios. Estes desafios obedecem, por exemplo, às pautas da escrita acadêmica em inglês, o que implica um trabalho muito intervencionista (e esmerado) das editoras sobre os manuscritos recebidos (Flotow, 2017). Possivelmente, esses mesmos textos teriam sido admissíveis em outras culturas acadêmicas, mas não em uma publicação regulada por uma corporação editorial anglo-saxã com um lugar consolidado no mercado. O caso demonstra o compromisso e a solidariedade feministas de quem edita, cujo trabalho fica a serviço da promoção de novos diálogos, mesmo sabendo que “editar livros” não lhes outorga o mesmo reconhecimento institucional que publicar artigos ou pesquisas finalizadas. Outro desafio importante radica em superar a falta de diálogo interdisciplinar que se detecta entre as pesquisadoras feministas da tradução e as teóricas do feminismo transnacional que, com frequência, publicam em coleções ou revistas de “sua” disciplina e citam também pesquisas que aparecem nessas mesmas publicações (Castro e Ergun, “Feminism and translation”, 136).

#### **4.2. Propostas de definição: entre o sentido, a política e a ética**

Definimos os eftt como a transdisciplina que aborda o estudo daquelas intervenções sociais e discursivas que buscam contribuir, tanto através da prática efetiva da tradução, quanto da reflexão sobre essa prática, para a justiça social global, o fim das hierarquias (incluindo as existentes entre mulheres) em nosso mundo globalizado e neoliberal, assim como a erradicação da discriminação de gênero, entendida ineludivelmente em chave interseccional. Em diálogo com os feminismos transnacionais, os eftt se comprometem com uma perspectiva crítica, ética e solidária sobre a tradução como ato de mediação presente nos encontros transfronteiriços plurilíngues que vinculam todas as pessoas em centros hegemônicos e não hegemônicos. Reafirmamos assim a convicção de que, ao traduzir, refletir sobre a tradução ou ensinar seus aspectos práticos e teóricos, deve-se adotar uma posição política consciente, a fim de que a tradução não responda a valores que perpetuam as assimetrias, mas que possa socavá-las, promovendo a possibilidade de que todas as vozes sejam ouvidas, independentemente do espaço a partir do qual falem.

Concebidos deste modo, os eftt se fundamentam nas bases teórico-metodológicas previamente expostas, que sinalizam a articulação de visões plurais e diversas dos feminismos. O paradigma da interseccionalidade cimenta a proposta dos eftt que permita um reconhecimento cabal das idiossincrasias e heterogeneidades que constituem todas e cada uma das *mujeres*, categoria que, a partir deste marco conceitual, deve-se entender como inclusiva e dinâmica. Originada em consciências de grupo comprometidas, a interseccionalidade nos compele a identificar as atuações individuais e coletivas das mulheres em distintos contextos de pertencimento e sistemas de opressão. Tanto a prática quanto a reflexão dos estudos da tradução se orientam para veicular feminismos que não reproduzam padrões próprios da dominação imperialista (incluindo a linguística), mas que sejam capazes de questioná-los e de responder às injustiças (interseccionais) de gênero em escala global-

lizada. O componente transnacional infunde um olhar ineludível para questionar as ordens estabelecidas, inscritas também através da tradução no marco dos neoliberalismos dominantes, que são de índole linguística, social, cultural, acadêmica, política e econômica. A noção de tradução deve ser entendida aqui como operação translingüística, transmedial e transcultural, na medida em que se reconhece seu potencial para transformar tanto as línguas, os textos, meios e agentes que entram em contato através de sua prática. Certamente, o caráter transformador e dialógico da tradução, prática hermenêutica por excelência, alcança a construção das subjetividades e dos discursos que esta põe em relação, e repercute nos modos em que esses discursos circulam e são recebidos.

Os eftt constituem um enfoque integral que oferece novas ferramentas teóricas e de análise. Diferentemente de outros enfoques, fragmentários ou parciais, propostos dentro dos estudos feministas da tradução (feminismo decolonial e tradução, feminismo racializado e tradução, entre outros), a formulação de uma perspectiva feminista transnacional permite articular e explicar os fatores linguístico-discursivos, socioculturais, geo/glotopolíticos e interseccionais que atravessam, necessariamente, cada exercício prático da tradução e cada reflexão metodológica sobre a tradução, sem limitar sua enunciação e aplicação a um tipo de feminismo particular, nem a um tipo ou modo de tradução determinado. Os eftt se apresentam como um marco abarcante a partir do qual dar conta das alianças transfronteiriças e dos fluxos de circulação textual (Sul-Sul; Sul-Norte) que são possíveis, ou não, graças à tradução; também se ocupa de suas materializações discursivas efetivas, identificando a importância da inclusão na (meta-) linguagem da tradução. A tradução feminista transnacional, que parte do suposto de que a neutralidade ideológica em tradução é uma ficção, se materializa através de uma série de procedimentos discursivos orientados para revelar, a partir da posição situada de quem exerce a tradução, em que medida as ações adotadas na tradução de um texto determinado reforçam ou questionam os valores dominantes, fomentam ou entorpecem alianças transfronteiriças libertadoras. Busca-se desafiar

assim os enfoques eurocêntricos e ocidentais, ainda presentes em formulações de tradução feminista, para oferecer, em troca, vias possíveis em prol de uma justiça social em escala planetária.

Sob esta ótica, as práticas de tradução e as reflexões dos estudos da tradução se enquadraram em uma ética da tradução interseccional e decolonial (Ergun). Esta necessidade impreterível foi destacada por Damien Tissot (2017) em um trabalho inovador que conjuga contribuições de teorias filosóficas, feministas e dos estudos da tradução para estabelecer que o ideal de justiça (de gênero) deve reter, inclusive no marco de perspectivas transnacionais, uma pretensão de universalidade (situada) não essencialista. Articulando mais explicitamente a interseccionalidade e o componente transnacional, convidamos a interrogar-nos, novamente, sobre a responsabilidade social inerente a cada ato de tradução e a cada ato de reflexão sobre a tradução. A partir deste olhar epistemológico, é prioritário compreender a impossibilidade de definir estratégias e técnicas de tradução que sejam válidas de maneira absoluta e intervir, consequentemente, na formação de profissionais da tradução e da interpretação. Promove-se a construção de (um discurso) tradução, sempre polifônico e heterogêneo, que procure inscrever cada exercício e reflexão da/sobre a tradução em espaços de luta contra o (neo)imperialismo e a (neo)colonização. Trata-se de gestar alianças transfronteiriças que possibilitem encontros, através da tradução ou de sua teorização, nos quais se coloquem em diálogo ou tensão uma multiplicidade de vozes, textos e contextos que, reunidos para um fim comum, desafiem os esquemas estabelecidos e os distintos sistemas de opressão. Nas palavras de María Lugones (2003), as traduções (e os estudos da tradução) feministas transnacionais habilitam a intervenção necessária sobre opressões múltiplas.

#### **4.3. Intervenções para a prática e a investigação no marco dos estudos feministas transnacionais da tradução**

A responsabilidade social e ética implicada na prática crítica, situada e interseccional da tradução feminista transnacional, assim

como em sua investigação, envolve compreender as funções que esta desempenha dentro de projetos de transformação encaminhados em direção a uma justiça global. As intervenções propostas, de caráter não prescritivo, permitem avançar em direção a uma compreensão maior da tradução como chave na luta contra distintos regimes de opressão no marco dos neoliberalismos, assim como fomentar o papel da tradução nas alianças feministas transfronteiriças.

**(a) Intervenções com relação a textos literários, filosóficos e acadêmicos**

Os exemplos de intervenções que seguem se relacionam com a seleção de textos e línguas, a *misancene* de procedimentos enunciativos e estratégias de tradução, a inscrição dos textos traduzidos em determinados tipos de suporte, assim como os espaços de circulação e difusão das traduções. Abordaremos estes aspectos de maneira inter-relacionada, sempre tendo presente o diálogo crítico que deve existir entre a prática da tradução e as reflexões metodológicas sobre esse exercício.

A seleção rigorosa de textos em relação com a perspectiva de gênero, tanto tratando-se de textos considerados afins com os feminismos transnacionais quanto de textos opressivos (misóginos, racistas, classistas, cis-heterosexistas e também aqueles concebidos a partir de feminismos hegemônicos), pode ser crucial para um projeto de tradução feminista transnacional. Assim, uma reescrita “atualizada” de um texto patriarcal na qual se identifique e questione a opressão pode ser libertadora e transformadora, tanto para o contexto de recepção, quanto para o de produção, modificando através de uma tradução que se realize a partir desta perspectiva. Do mesmo modo, a tradução de obras feministas, consideradas subalternas em seu contexto de produção e origem, pode contribuir a revitalizar os feminismos nos contextos de recepção. Não obstante, aqui é essencial atender a ainda vigente advertência de Spivak (1993) de não cair em uma “construção neocolonial da cena não ocidental [...] de forma que [quem traduz] possa lutar contra

o suposto racista de que tudo o que as autoras do terceiro mundo escrevem é bom” (181 e 188).

A respeito da seleção textual, agora em relação com sua tipologia, destacamos a importância de traduzir textos acadêmicos sobre teoria feminista que busquem ampliar e problematizar os debates (feministas) para dar fim à “colonização do pensamento”, também dissimuladamente imposta pela teoria feminista ocidental (Min Dongchao, “Toward an alternative traveling theory”, 584). Trata-se de lutar contra a já denunciada “violência epistêmica” (Spivak, *In other worlds: Essays in cultural politics*, 282) que situa certos conhecimentos como mais válidos e/ou valiosos que outros. Dado que, na atualidade, a hegemonia do inglês na produção e difusão do conhecimento científico com um alto grau de impacto em todas as áreas é um fato irrefutável em escala global, a escrita e tradução de textos acadêmicos sobre teorias e práticas feministas (sobre a tradução) se revela como outra grande área de intervenção na qual diversos interesses devem se reconciliar para alcançar o bem comum: por um lado, é necessário defender a produção do conhecimento e seu reconhecimento em línguas diferentes do inglês e em culturas acadêmicas diversas; por outro, urge aprofundar alianças acadêmicas transfronteiriças que habilitem diálogos críticos disruptivos em inglês, muitas vezes a língua franca compartilhada, sem renunciar de maneira estratégica aos âmbitos de publicação hegemônicos, que podem ser convenientes para o desenvolvimento das disciplinas científicas. Esta segunda ação não está isenta de desafios, já que a escrita acadêmica em inglês ou a tradução de trabalhos de pesquisa para essa língua podem se ancorar acriticamente no ritmo do espaço marcado pela academia anglófona, levando inclusive a um “epistemicídio” ou “colonização epistemológica” (Bennett, “Between paradigms: a critical approach to the study of academic translation”). Por isso, a prática responsável da tradução feminista transnacional exige, sempre que for possível, tornar explícita a posição a partir da qual se escreve ou se traduz a fim de que quem receba nossos

textos possa oferecer hospitalidade diante da diferença<sup>15</sup>. Começa a ser esboçada a possibilidade de projetos editoriais que se fundamentam na tradução para o inglês de trabalhos acadêmicos produzidos em espaços e línguas não hegemônicas<sup>16</sup>.

O intercâmbio necessário entre línguas e culturas acadêmicas através da tradução deve se complementar com um diálogo interdisciplinar que unifique as vozes de quem pesquisa sobre estudos feministas da tradução e feminismos transnacionais; ou seja, um diálogo acadêmico transfronteiriço entre pessoas situadas em distintos lugares do planeta e com possibilidades díspares de acesso aos mesmos recursos. Esta não parece ser uma empreitada simples, pois os âmbitos para a produção e a difusão do conhecimento acadêmico nestas duas áreas estão, como destacamos, bem diferenciadas na academia e no mercado editorial. Uma possível intervenção seria a criação de uma nova revista acadêmica dedicada à abordagem conjunta de questões relativas à tradução e aos feminismos, de acesso livre e aberto para facilitar a democratização da difusão e o acesso aos seus conteúdos. Esta iniciativa editorial deveria abrigar a publicação de trabalhos em uma diversidade de línguas e garantir sua tradução a algumas das línguas mais empregadas no discurso acadêmico, o que marcaria uma diferença tanto no campo dos estudos feministas da tradução como no dos feminismos (transnacionais). Outra iniciativa com grande potencial transnacional seria a seleção e tradução de determinadas entradas da *Wikipédia* que

---

<sup>15</sup> Embora o problema da produção do conhecimento científico através do inglês seja comum a todas as áreas, faz-se central para as propostas dos estudos da tradução de recorte crítico e político. Para exemplos de intervenção docente sobre como praticar “reescrita de resistência”, ver Bennet (“English as a lingua franca in academia. Combating epistemicide through translator training”).

<sup>16</sup> A revista acadêmica *MonTi. Monografías de Traducción e Interpretación* [Monografias de Tradução e Interpretação] é um exemplar de intervenção neste sentido, ao publicar artigos acadêmicos em alemão, catalão, espanhol, inglês, francês e italiano, e garantir que a edição na Internet ofereça também uma versão em inglês. Também o número da *Signs* (2014), já mencionado, inclui como preâmbulo o capítulo “Symposium in International Languages” [Simpósio em Línguas Internacionais], no qual todos os artigos aparecem resumidos em línguas diferentes do inglês.

facilitem a difusão de contribuições feministas relevantes localizadas em contextos culturais e linguísticos de acesso limitado. Junto a estas, destacamos iniciativas democratizadoras que poderiam contribuir para diálogos transdisciplinares e transfronteiriços graças a ferramentas de globalização como, por exemplo, a criação de bibliografias de acesso aberto e gratuito sobre estudos feministas da tradução que reúnem contribuições de colegas da área em diferentes línguas<sup>17</sup>, e de fóruns de discussões e listas de e-mail nas quais se socializem informações de interesse para a disciplina, como a já existente *Feminist-Translation-Studies listserv*<sup>18</sup>.

A seleção das línguas de trabalho, especialmente a respeito da tradução literária e editorial, se constitui em uma importante intervenção sobre a qual convém refletir com relação às possibilidades e limitações de quem exerce a tradução. Para subverter os atuais fluxos de tradução Norte-Sul e compensá-los com fluxos Sul-Sul (Costa, “Feminist theories, transnational translations, and cultural mediations”) e também Sul-Norte (Spivak, *The politics of translation em Outside in the teaching machine*), é imperativo o estudo e conhecimento das “línguas menos traduzidas” (Branchadell e West), como passo prévio lógico para poder ler, selecionar e traduzir textos relevantes que, de outro modo, seriam inacessíveis<sup>19</sup>. Além disso, a revalorização crítica das línguas marcadas por passados coloniais (espanhol, francês, holandês, inglês, português) deve se orientar para “recuperar” autorias invisibilizadas que se expressam a partir das (ex-)colônias dessas línguas, sendo necessário o estudo crítico e a compreensão cabal de suas culturas para não cair na exotização. Ora, dado que Norte e Sul não são concei-

---

<sup>17</sup> Identificamos estas iniciativas em outras áreas dos estudos da tradução, como a tradução indireta (<http://www.indirecttrans.com/>) ou a auto tradução (<https://self-translation.blogspot.com/>).

<sup>18</sup> Ver <https://www.jiscmail.ac.uk/cgi-bin/webadmin?A0=feminist-translation-studies>.

<sup>19</sup> Sem dúvida, esta questão deveria ser considerada na hora de arquitetar programas de tradução nas universidades. Para um debate sobre a aquisição de novas línguas na formação de tradução na África do Sul, ver Verhoef e Blaauw (2009).

tos geográficos, mas sim metaforicamente definidos em função de relações de poder, não se deve rejeitar *a priori* a tradução de um texto originado em uma língua hegemônica, como o inglês estadunidense, a outra língua menos (ou não) hegemônica em relação com a primeira. Esse texto escrito em inglês pode perfeitamente questionar a própria posição de poder a partir da qual se enuncia e fazer um chamado à concretização de alianças feministas transfronteiriças. Nestes casos, o que seria conveniente é discorrer sobre formas de intervenção que “subvertam” a preponderância do texto fonte, como pode ser a publicação e promoção simultânea do original em língua hegemônicas e suas traduções para línguas que não são (tanto). Um exemplo, concretamente, de tradução editorial de ensaios feministas, é constituído por *Feminism for the 99%. A Manifesto*, escrito por três das promotoras da greve feminista de 2017 nos Estados Unidos: Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019). Diante da crise política atual do neoliberalismo, este manifesto postula a necessidade de um feminismo anticapitalista, antirracista, anti-imperialista, ecologista e, evidentemente, transnacional, que melhore a vida de noventa e nove por cento do planeta. As onze teses do manifesto se definem por oposição às do feminismo liberal, instrumentalizado pelo capitalismo e centrado no individualismo para obter o bem-estar de um por cento das mulheres, aquelas que, estando em posições de poder, descarregam o trabalho de reprodução social no resto. Produzido em inglês no seio de universidades estadunidenses, a versão “original” do manifesto apareceu no dia 8 de março de 2019, praticamente de maneira simultânea com suas versões em treze línguas<sup>20</sup>. Esta política de tradução inovadora, democratizadora, inclusiva e solidária chama atenção sobre a direção habitual dos fluxos textuais, questiona a hegemonia do inglês ao colocar diferentes línguas em pé de igual-

---

<sup>20</sup> Estas línguas foram o alemão, catalão, coreano, espanhol para a América Latina, espanhol peninsular, francês, galego, holandês, inglês, italiano, português brasileiro, romeno, sueco e turco.

dade e promove debates e intercâmbios feministas em diferentes contextos de recepção ao mesmo tempo.

Ora, em todos os casos, cada projeto requer a elaboração de procedimentos enunciativos de tradução particulares que vão variar, entre outros, em função do tipo de texto do qual se trate e de sua ideologia, das línguas de tradução, das questões geopolíticas e glotopolíticas que afetam os fluxos textuais e da inscrição do texto meta em certos circuitos de recepção e itinerários editoriais<sup>21</sup>. Toda prática tradutora feminista deve se fundamentar, como indica Reimóndez (2020), em “umas bases teóricas críticas que se manifestam também de forma consciente na prática” (176), para assim permitir a elaboração de procedimentos enunciativos eficazes com relação aos sistemas nos quais se inscreve uma tradução.

Uma práxis feminista transnacional da tradução se constrói *também* a partir da (luta pela) tomada da palavra de quem traduz no próprio texto traduzido e do trabalho de conscientização que se realiza em função dos grupos leitores (ideais e reais) aos quais a tradução se dirige. Isto inclui, por exemplo, estabelecer posições próprias nos paratextos para advertir sobre os riscos que uma leitura colonial acarreta, muito especialmente no fluxo Sul-Norte, se essa tradução foi promovida a partir das instituições culturais do contexto meta, ou para questionar os elementos hostis de um texto opressivo. Também inclui utilizar espaços discursivos *a posteriori* para denunciar possíveis pressões ideológicas por parte de agentes que intervêm no processo de tradução, por exemplo, na edição e revisão. Os procedimentos de tradução eficazes deverão ser coerentes com o projeto de tradução e a posição profissional que se defende. A prática da tradução contribui para o debate vigente na América Latina e no Estado espanhol, por exemplo, a respeito de qual linguagem deve ser empregada (em uma tradução) a fim de não cair em usos linguísticos sexistas (Castro Vázquez, “Traduc-

---

<sup>21</sup> Para exemplos de sistematização de estratégias de tradução feministas em contextos específicos, ver Castro (2013), Flotow (1991, 2019), Godayol (2000) e Massardier-Kenney (1997), entre outras.

ción y cambio social. Hacia una traducción no sexista"; Serrano Cruz). A introdução de um olhar interseccional e transnacional sobre o complexo aspecto da linguagem inclusiva, que implica socavar a ordem estabelecida pelo sistema da língua e suas instituições, começa a ser matéria de estudo mais rigoroso na atualidade.

Ao elaborar projetos de pesquisa e de tradução literária, é fundamental insistir nas negociações com as editoras, dentro do possível, na obtenção dos direitos correspondentes à autoria e à tradução das próprias produções, questão que não é fácil de negociar com os grandes grupos editoriais. A apostila em editoras que operam fora do circuito comercial mais fortemente estabelecido é, geralmente, coerente com esta proposta. No entanto, a disruptão do *status quo* poderia ser mais eficaz se gerida dentro do mesmo sistema que se busca desestabilizar, introduzindo novas vozes e perspectivas. Então, traçar projetos somente em editoras feministas *a priori* alinhadas à sua filosofia poderia não ser sempre a opção mais estratégica. Cada caso deve ser julgado em sua especificidade, mas, em algumas ocasiões, as trajetórias que definem as editoras mais generalistas e estabelecidas no mercado, pode ser um modo válido de habilitar o acesso destes projetos para públicos mais amplos e diversos.

### **(b) Intervenções e linhas futuras de pesquisa**

Este marco metodológico-conceitual, articulado ineludivelmente com uma práxis da tradução que é sempre crítica, situada, ética e responsável, compele a aprofundar-nos na compreensão de distintos aspectos que têm um impacto evidente sobre a prática da tradução feminista transnacional. Entre essas áreas de indagação destacamos, em primeiro lugar, a necessidade de expandir as temáticas habituais de reflexão para incluir questões de outros âmbitos nos quais o olhar que parte dos princípios dos eft ainda é incipiente, como a tradução para língua de sinais e a interpretação, mas também a de textos científicos, técnicos, legais, médicos, financeiros, audiovisuais ou de videogames. Igualmente, urge explorar a presença da tradução (e, muito especialmente, da interpretação) como peça-chave em movimentos feministas de ativismo

social para a (trans)formação de alianças transfronteiriças, necessariamente plurilíngues, como a Marcha Mundial das Mulheres, #MeToo, FeMen, NiUnaMenos ou a Greve Feminista/Paralização Internacional de Mulheres. Estas alianças transfronteiriças, que implicam contatos entre/com línguas consideradas hegemônicas e não hegemônicas, renovam as perguntas sobre as representações sociais evocadas através do uso dessas línguas e sobre o caráter agente da tradução e de quem a exerce para a transformação social.

Outra questão relevante para explorar é a configuração e reinscrição do sentido no seio das práticas de tradução indireta. A tradução indireta pode colocar em contato textos feministas provenientes de comunidades que se expressam em línguas minorizadas através do uso de um idioma ponte. Trata-se de uma prática não isenta de possíveis efeitos contraproducentes (que inclusive poderiam comprometer sua visibilidade como estratégia feminista transnacional), dado que o idioma ponte costuma ser ou o inglês, ou outra língua hegemônica em relação a alguma das línguas minorizadas. Também com relação a criar pontes, é preciso indagar acerca da tradução automática a serviço das línguas minorizadas, no marco dos eftt, examinando como as tecnologias e ferramentas de software podem ajudar a criar sinergias feministas significativas entre contextos não hegemônicos.

A investigação dos aspectos profissionais e econômicos da tradução — entendida aqui como atividade empresarial e setor em constante expansão no marco das economias capitalistas e globalizadas que requerem intercâmbios linguísticos — deve também ser abordada a partir de uma perspectiva feminista transnacional para dirimir o modo pelo qual as políticas neoliberais afetam de maneira específica e diferente as mulheres (negociação de tarifas, deslocação na contratação de serviços *freelance*, ética do cuidado).

Fechamos nossa lista incompleta destacando a centralidade da reflexão crítica e teórica sobre a docência e a formação no marco dos eftt, por ser primordial para avançar em direção a uma compreensão mais complexa do papel atual da tradução na globalização e nos movimentos de justiça social. A sala de aula, entendida como

“espaço com o maior potencial transformador no mundo acadêmico” (Hooks, 12), se torna um lugar de discussão privilegiado para que os eftt prosperem tanto nos programas curriculares de estudos da tradução (De Marco e Toto) quanto nos de estudos de gênero, feminismos, relações internacionais e globalização (Castro e Ergun, “Pedagogies of feminist translation: Rethinking difference and commonality across borders”).

\*\*\*

Ao longo destas páginas, argumentamos sobre a necessidade de aprofundar o diálogo transdisciplinar entre as teorias feministas transnacionais (que prestam um crescente interesse na tradução) e as teorias feministas da tradução. Concluímos destacando os benefícios mutuamente enriquecedores que este maior diálogo, e principalmente maior complementaridade, poderia supor para ambas. Por um lado, as teorias feministas transnacionais contribuem para os estudos da tradução com uma visão mais integradora das relações de poder no marco da globalização neoliberal. Assim, complexificam o estudo da categoria de gênero para superar enfoques dos estudos da tradução que (ainda hoje) priorizam sua concepção monolítica e unidimensional. Da mesma forma, por sua amplitude abarcante, oferecem refúgio e redes de conexões para outras perspectivas feministas sobre a tradução que priorizam camadas de opressão duais. Sua ênfase nos fluxos textuais e a produção de novos conhecimentos situados nos contextos de recepção amplia os horizontes para os quais os estudos feministas da tradução vinham tradicionalmente olhando. Por outro lado, os estudos da tradução enriquecem a conceitualização da tradução, típica dos feminismos transnacionais, como espaço (às vezes não problematizado) para a construção e circulação de conhecimentos, agregando a consideração de que, em primeira e última instância, a tradução se materializa através da linguagem e oferecendo as ferramentas metodológicas necessárias para a examinação mais detalhada dessa dimensão dos

textos (traduzidos). É somente através dessas materialidades linguístico-discursivas que os textos (traduzidos) habilitam ou desabilitam processos hermenêuticos de mobilidade e interconectividade transfronteiriças, reinscrições semânticas e trajetórias nos canais de recepção. A elucidação dos fatores geopolíticos e glotopolíticos que intervêm na elaboração das políticas linguísticas, de tradução, editoriais, empresariais e técnicas é crucial para compreender e modificar os fluxos transfronteiriços.

Com estas reflexões, que surgiam ao constatar uma certa indefinição conceitual em torno do conceito de transnacional, esperamos ter contribuído para tornar seu sentido mais preciso quando este caracteriza os feminismos e, por extensão, os estudos feministas da tradução. Esperamos ter demonstrado também que o emprego de transnacional ligado aos estudos feministas transnacionais da tradução impõe a evocação de um marco epistemológico crítico, político e ético que permita, por sua amplitude e flexibilidade, a inscrição de pesquisas e práticas sobre/de tradução que promovam alianças transfronteiriças entre mulheres diversas, questionem sistemas de opressão imbricados em marcos neoliberais e articulem alternativas para um mundo mais justo e igualitário.

## Referências

Ackerly, Brooke; Attanasi, Katy. “Global feminisms: Theory and ethics for studying gendered injustice”. *New Political Science*, 31 (4), (2009): 543–555. <https://doi.org/10.1080/07393140903322604>.

Adeaga, Tomi; Silva-Reis, Dennys. “Pensar o nego-feminismo na tradução: Entrevista com Tomi Adeaga”. *Artemis*, 27 (1), (2019): 251–255. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.46713>.

Alexander, Jacqui M. *Pedagogies of crossing. Meditations on feminism, sexual politics, memory, and the sacred*. Durham: Duke UP, 2006.

Alexander, Jacqui; Mohanty, Chandra Talpade. *Feminist genealogies, colonial legacies, democratic futures*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1997.

Alexander, Jacqui; Mohanty, Chandra Talpade. “Cartographies of knowledge and power. Transnational feminism as radical praxis”. *Critical transnational feminist praxis*, Swarr, Amanda Lock; Nagar, Richa (Eds.), Nova Iorque: SUNY Press, 2010, pp. 23–45.

Alvarez, Sonia E. “Construindo uma política feminista translocal da tradução”. *Revista Estudos Feministas*, 17 (3), (2009): 743–753. <https://doi.org/10.1590/S0104026X2009000300007>.

Alvarez, Sonia E. “Enacting a translocal feminist politics of translation”. *Translocalities/translocalidades*, Alvarez, Sonia E. et al. (Eds.), Durham: Duke UP, (2014): 1–18.

Alvarez, Sonia E.; Costa, Claudia de Lima; Feliu, Verónica; Hester, Rebecca; Klahn, Norma; Thayer, Millie (Eds.). *Translocalities/translocalidades: Feminist politics of translation in the Latin/a Americas*. Durham: Duke UP, 2014. <https://doi.org/10.1215/9780822376828>.

Ancalano, Liliana. “El idioma silenciado”. *Feminismos y poscolonialidad. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina*, Bidaseca, Karina; Laba, Vanesa Vázquez (Eds.), Buenos Aires: Godot, 2013, pp. 121–126.

Andrade Salgueiro, Maria Aparecida. “Traduzir a negritude: desafio para os estudos de tradução na contemporaneidade”. *Cadernos de letras*, 24 (48), (2014): 73–90.

Araújo, Cibele de Guadalupe Sousa; Silva-Reis, Dennys. “Traduzir o feminismo: um subsídio decolonizador”. *Descolonizar o feminismo*, Melo, Paula Balduíno de et al. (Eds.), Brasília: Instituto Federal de Educação e Ciência, 2019, pp. 204–219.

Araújo, Cibele de Guadalupe Sousa; Silva, Luciana de Mesquita; Silva-Reis, Dennys. "Estudos da tradução & mulheres negras à luz do feminismo". *Ártemis*, 27 (1), (2019): 2–13. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.46694>.

Araújo, Cibele de Guadalupe Sousa; Silva, Luciana de Mesquita; Silva-Reis, Dennys (Eds.). "Dossiê: Tradução e feminismos negros". *Ártemis*, 27 (1), 2019. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.46694>.

Arrojo, Rosemary. "Fidelity and the gendered translation". *TTR*, 7 (2), (1994): 147–164. <https://doi.org/10.7202/037184ar>.

Arrojo, Rosemary. "Feminist, 'orgasmic' theories of translation and their contradictions". *Tradterm*, 2, (1995): 67–75. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.1995.49916>.

Arruzza, Cinzia; Bhattacharya, Tithi; Fraser, Nancy. *Feminism for the 99%. A manifesto*. Londres: Verso, 2019.

Bassnett, Susan; Lefevere, André. "Introduction: Proust's grandmother and the Thousand and One Nights. The culture turn in translation studies". *Translation, history and culture*, Bassnett, Susan; Lefevere, André (Eds.), Londres: Pinter, 1990, pp. 1–13.

Bennett, Karen. "English as a lingua franca in academia. Combating epistemicide through translator training". *The Interpreter and Translator Trainer*, 7(2), 2013, p. 169–93. <https://doi.org/10.1080/13556509.2013.10798850>.

Bennett, Karen. "Between paradigms: a critical approach to the study of academic translation". *Circulation of academic thought: Rethinking methods in the study of scientific translation*, Schögler, Rafael Y. (Ed.), Berna: Peter Lang, 2019, pp. 31–54.

Bertacco, Simona. "The Canadian feminists' translation project: Between feminism and postcolonialism". *Linguistica Antverpiensia*, 2, (2003): 233–246.

Branchadell, Albert; West Lovell, Margaret (Eds.). *Less translated languages*. Amsterdã/Filadélfia: Benjamins, 2015.

Blume, Rosvitha Friesen. “Teoria e prática tradutória numa perspectiva de gênero”. *Fragmentos*, 39, (2010): 121-130.

Bozzano, Caroline Betemps. “Feminismos transnacionais descoloniais: Algumas questões em torno à colonialidade nos feminismos”. *Revista Estudos Feministas*, 27 (1), 2019. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n158972>.

Brufau Alvira, Nuria. *Traducción y género: propuestas para nuevas éticas de la traducción en la era del feminismo transnacional*. (Tese de doutorado). Universidad de Salamanca, 2009.

Brufau Alvira, Nuria. *Las teorías feministas de la traducción a examen. Destilaciones para el siglo XXI*. Granada: Comares, 2010.

Calefato, Patrizia; Godayol, Pilar (Eds.). *Traducción/género/postcolonialismo. Designis 12*. Buenos Aires: La Crujía, 2008.

Castro-Vázquez, Olga. (Re)examinando horizontes en los estudios feministas de traducción: ¿hacia una tercera ola? *MonTi*, 1, (2009): 59–86. Barboza, Beatriz Regina Guimarães, Trad. (Re)examinando horizontes nos estudos feministas de tradução: em direção a uma terceira onda? *TradTerm*, 29, (2017): 216–250. <https://doi.org/10.6035/MonTI.2009.1.3>.

Castro Vázquez, Olga. “Traducción y cambio social. Hacia una traducción no sexista”. *Translation/interpreting and social activism*, Maier, Carol; Bóerie, Julie (Eds.), Granada: ECOS, 2010, pp. 106–120.

Castro, Olga. “Talking at cross-purposes? The missing link between feminist linguistics and translation studies”. *Gender and Language*, 7 (1), (2013): 31–54. <https://doi.org/10.1558/genl.v7i1.35>.

Castro, Olga; Ergun, Emek. (Eds.). *Feminist translation studies. Local and transnational perspectives*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2017.

Castro, Olga; Ergun, Emek. “Introduction: Re-envisioning feminist translation studies: Feminisms in translation, translations in feminism”. *Feminist translation studies. Local and transnational perspectives*, Castro, Olga; Ergun, Emek (Eds.), Londres/Nova Iorque: Routledge, 2017, pp. 1–12.

Castro, Olga; Ergun, Emek. "Pedagogies of feminist translation: Rethinking difference and commonality across borders". *Feminist translation studies. Local and transnational perspectives*, Castro, Olga; Ergun, Emek (Eds.), Londres/Nueva York: Routledge, 2017, pp. 93–108.

Castro, Olga; Ergun, Emek. "Feminism and translation". *The Routledge handbook of translation and politics*, Evans, Jon; Fruela, Fernández (Eds.), Londres/Nova Iorque: Routledge, 2018, pp. 125–143.

Costa, Claudia de Lima. "Lost (and found?) in translation. Feminisms in hemispheric dialogue". *Latino Studies*, 4, (2006): 62–78. <https://doi.org/10.1057/palgrave.lst.8600185>.

Costa, Claudia de Lima. "Feminist theories, transnational translations, and cultural mediations". *Translocalities/translocalidades*, Alvarez, Sonia E. et al. (Eds.), Durham: Duke UP, 2014, pp. 133–148. <https://doi.org/10.1215/9780822376828-008>.

Costa, Claudia de Lima; Alvarez, Sonia E. "A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução". *Revista Estudos Feministas*, 21 (2), (2013): 579–586. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200009>.

Costa, Claudia de Lima; Alvarez, Sonia E. "Dislocating the sign: Toward a translocal feminist politics of translation". *Signs*, 39 (3), (2014): 557–563. <https://doi.org/10.1086/674381>.

Crenshaw, Kimberlé. "Demarginalizing the intersection of race and sex". *University of Chicago Legal Forum*, 1, (1989): 139–167.

Curiel, Ochy; Silva-Reis, Dennys. "Pensar la traducción y el feminismo negro: entrevista con Ochy Curiel". *Ártemis*, 27 (1), (2019): 236-240. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.46710>.

Davis, Kathy. *The making of Our Bodies, Ourselves: How feminism travels across borders*. Durham: Duke UP, 2007.

Davis, Kathy. "Intersectionality as buzzword. A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful". *Feminist Theory*, 9, (2008): 67–85. <https://doi.org/10.1177/1464700108086364>.

Dados, Nour; Connell, Raewyn. "The Global South". *Contexts*, 11 (1), (2012): 12–13. <https://doi.org/10.1177/153650421>.

De Marco, Marcella; Toto, Piero. (Eds.). *Gender approaches in the translation classroom: Training the doers*. Londres: Palgrave, 2019.

Descarries, Francine. "The hegemony of the English language in the academy". *Current Sociology*, 51 (6), (2003): 625–636. <https://doi.org/10.1177/00113921030516005>.

Descarries, Francine. "Language is not neutral: The construction of knowledge in the social sciences and humanities". *Signs*, 39 (3), (2014): 564–569. <https://doi.org/10.1086/674347>.

Díaz-Diocaretz, Miriam. *Translating poetic discourse: Questions on feminist strategies in Adrienne Rich*. Amsterdã/Filadélfia: Benjamins, 1985.

Duarte, Constância Lima. "Nísia Floresta Brasileira Augusta: pioneira do feminismo brasileiro - século XIX". *Revista Mulheres e Literatura*, 1, 1997. [http://www.letras.ufrj.br/litcult/revista\\_mulheres/revistamulheres\\_vol1.php?id=7](http://www.letras.ufrj.br/litcult/revista_mulheres/revistamulheres_vol1.php?id=7).

Ergun, Emek. "Feminist ethics of translation". *The Routledge handbook of translation and ethics*, Koskinen, Kaisa; Pokorn, Nike (Eds.). Abingdon: Routledge, 2020, pp. 114–130.

Ferree, Myra Marx; Tripp, Ailie Marie. (Eds.) *Global feminism. Translation women's activism, organizing, and human rights*. Londres/Nova Iorque: New York UP, 2006.

Flotow, Luise von. "Feminist translation: Contexts, practices and theories". *TTR*, 4 (2), (1991): 69–84. <https://doi.org/10.7202/037094ar>.

Flotow, Luise von. *Translation and gender. Translation in the ‘era of feminism’*. Manchester: St. Jerome, 1997.

Flotow, Luise von. “The strain of cultural transfer: A Brazilian critic of Canadian and other feminisms”. *Perspectivas transnacionais*, Almeida, Sandra Regina Goulart (Ed.), Belo Horizonte: UFMG, 2005, pp. 31–41.

Flotow, Luise von. “Contested gender in translation: Intersectionality and metramorphics”. *Palimpsestes*, 22, (2009): 245-255. <https://doi.org/10.4000/palimpsestes.211>.

Flotow, Luise von. *Translating women*. Ottawa: University of Ottawa Press, 2011.

Flotow, Luise von. “On the challenges of transnational feminist translation”. *TTR*, 30 (1-2), (2017): 173–194.

Flotow, Luise von; Farahzad, Farzaneh (Eds.). *Translating women. Different voices and new horizons*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2017.

Flotow, Luise von. “Translation”. *The Bloomsbury handbook of 21st-century feminist theory*, Goodman, Robin Truth (Ed.), Londres: Bloomsbury, 2019, pp. 229–243.

Giraldo, Isis. “Coloniality at work: Decolonial critique and the postfeminist regime”. *Feminist Theory*, 17 (2), (2016): 157–173. <https://doi.org/10.1177/1464700116652835>.

Godard, Barbara. “A literature in the making: Rewriting and the dynamism of the cultural field. Quebec women writers in English Canada”. *Ilha do Desterro*, 42, (2002): 49–102.

Godayol, Pilar. *Espais de frontera. Gènere i traducció*. Vic: Eumo, 2000.

Grewal, Inderpal; Kaplan, Caren. *Scattered hegemonies: Postmodernity and transnational feminist practices*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

Hancock, Ange Marie. "Intersectionality as a normative and empirical paradigm". *Politics and Gender*, 3 (2), (2007): 248–254. <https://doi.org/10.1017/S1743923X07000062>.

Haraway, Donna. "Situated knowledges: The Science question in feminism and the privilege of partial perspective". *Feminist Studies*, 14 (3), (1988): 575-599. <https://doi.org/10.2307/3178066>.

Hawkesworth, Mary (Ed.). "Translation, feminist scholarship, and the hegemony of English". *Signs*, 39 (3), 2014.

Hooks, Bell. *Teaching to transgress*. Londres/Nueva York: Routledge, 1994.

Hooks, Bell; Brah, Avtar; Sandoval, Chela; Anzaldúa, Gloria. *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras* Tradução de Serrano Gimenezs, Maria; Macho Ronco, Rocio; Romero Fernández Sancho, Hugo; Salcedo Rufo, Álvaro. Madri: Traficantes de Sueños, 2004.

Jessop, Bob. "The world market, 'North-South' relations, and neoliberalism". *Alternate Routes: A Journal of Critical Social Research*, 29, (2018): 207–228.

Khader, Serene J. *Decolonizing universalism. A transnational feminist ethic*. New York: Oxford UP, 2019.

Levine, Suzanne Jill. "Translation as (sub)version: On translating Infante's inferno". *Substance*, 42, (1983): 85-94. <https://doi.org/10.2307/3684106>.

Levine, Suzanne Jill. *The subversive scribe: Translating Latin American fiction*. St. Paul: Graywolf Press, 1991.

Lotbinière-Harwood, Susanne. *Re-belle et infidèle/ The body bilingual*. Toronto: Women's Press, 1991.

Lugones, María. *Pilgrimages/peregrinajes: Theorizing coalition against multiple oppressions*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

Maier, Carol. “A woman in translation, reflecting”. *Translation Review*, 17, (1985): 4-8. <https://doi.org/10.1080/07374836.1985.10523344>.

Maier, Carol. “Issues in the practice of translation women’s fiction”. *Bulletin of Hispanic Studies*, 75 (1), (1998): 95–108. <https://doi.org/10.1080/000749098760110657>.

Martín Ruano, Rosario. “La resistencia al trasluz: las prácticas feministas de la traducción a examen o el cuestionamiento de las ortodoxias”. *Traducción, género y poscolonialismo. Designis* 12, Godayol, Pilar; Calefato, Patrizia (Eds.), Buenos Aires: La Crujía, 2008, pp. 49–56.

Massardier-Kenney, Françoise. “Towards a redefinition of feminist translation practice”. *The Translator*, 3 (1), (1997): 55–69. <https://doi.org/10.1080/13556509.1997.10798988>.

McCall, Leslie. “The complexity of intersectionality”. *Signs*, 30 (3), (2005): 1771–1800. <https://doi.org/10.1086/426800>.

Melo, Israel Victor. “A tradução de mulheres negras no conjunto de suas ações políticas”. *Ártemis*, 27 (1), (2019): 144–57. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.44065>.

Min Dongchao. “Toward an alternative traveling theory”. *Signs*, 39 (3), (2014): 584–592. <https://doi.org/10.1086/674323>.

Min Dongchao. *Translation and travelling theory. Feminist theory and praxis in China*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2017.

Morghadam, Valentine. *Globalizing women: Transnational feminist networks*. Baltimore: John Hopkins UP, 2005.

Nagar, Richa; Swarr, Amanda Lock. (Eds.). *Critical transnational feminist praxis*. Nova Iorque: SUNY Press, 2010.

Nagar, Richa. *Muddying the waters: Coauthoring feminisms across scholarship and activism*. Chicago: University of Illinois Press, 2014.

Nagar, Richa; Davis, Kathy; Butler, Judith; Keating, Analouise; De Lima Costa, Claudia; Álvarez, Sonia E.; Ayse Gül Altinay. “Feminist translation in transition. A cross-disciplinary roundtable on the feminist politics of translation”. *Feminist translation studies. Local and transnational perspectives*, Castro, Olga; Ergun, Emek (Eds.), Londres/Nova Iorque: Routledge, 2017, pp. 109–135. <https://doi.org/10.4324/9781315679624-9>.

Nicholson, Linda. “Feminism in ‘waves’: useful metaphor or not?”. *New Politics*, 12 (4), (2010): 34–39.

Nikolaïdou, Ioanna; López Villalba, María. “Re-belle et infidèle o el papel de la traductora”. *El papel del traductor*, Álvarez, Román; Claramonte, África Vidal (Eds.), Salamanca: Ediciones Colegio de España, 1997, pp. 59–84.

Nussbaum, Martha. *Women and human development: The capabilities approach*. Cambridge: Cambridge UP, 2001.

Okin, Susan. “Feminism, women’s rights, and cultural differences”. *Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy*, 13 (2), (1998): 32–52. <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.1998.tb01224.x>.

Palmary, Ingrid. “A politics of feminist translation: Using translation to understand gendered meaning-making in research”. *Signs*, 39 (3), (2014): 576–580. <https://doi.org/10.1086/674297>.

Pattberg, Thorsten. *The East-West dichotomy: The conceptual contrast between Eastern and Western cultures*. Nova Iorque: Foreign Languages Press, 2013.

Reimóndez, María. “Faros na escuridade. Ideoloxía e tradución nos enfoques feministas e poscoloniais”. *Lingua e traducción: ix Xornadas sobre Lingua e Usos*, Carregal, Xesús Manuel Mosquera (Ed.), A Coruña: Servizo de Publicacións da ucd, 2012, pp. 163–182.

Reimóndez, María. “We need to talk... to each other. On Polyphony, postcolonial feminism and translation”. *Feminist translation studies. Local and transnational perspectives*, Castro, Olga; Ergun, Emek (Eds.), Londres/Nova York: Routledge, 2017, pp. 42–55.

Reimóndez, María. “El enfoque feminista de la traducción e interpretación: una ventaja competitiva”. *Transfer*, 15 (1-2), (2020): 168-190. <https://doi.org/10.1344/transfer.2020.15.168-190>.

Ruiz Trejo, Marisa Gisele; Betemps, Caroline. “Epistemologías y prácticas feministas cruzadas: las posibilidades de la traducción y la importancia decolonial”. *Relaciones Internacionales Review*, 27, (2014): 169-179.

Sandoval, Chela. *Methodology of the oppressed*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

Santaemilia, José. “Gender and translation: A new European tradition?” *Bridging the gap between theory and practice in translation and gender studies*, Federici, Eleonora; Leonardi, Vanessa (Eds.), Newcastle: Cambridge Scholars, 2013, pp. 4-14.

Sales Salvador, Dora. “Traducción, género y poscolonialismo. Compromiso traductológico como mediación y affidamento femenino”. *Quaderns*, 13, (2006): 21-30.

Sales Salvador, Dora. “La más inesperada travesía. Algunas reflexiones desde la práctica como traductora de literatura transcultural”. *Eu-topias*, 5, (2013): 77-88.

Schmidt, Simone Pereira; Macedo, Ana Gabriela. “Seção temática: Feminismos transnacionais: saberes e estéticas pós/descoloniais”. *Revista Estudos Feministas*, 27 (1), 2019. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n158959>.

Schwarz, Tobias. “What I thought of the term Global South ... before I learned how the mainstream uses it”. *Concepts of the Global South. Voices from around the world*, Wolver, Andrea et al. (Eds.), Colonia: Global South Studies Center, 2015.[https://kups.ub.uni-koeln.de/6399/1/voices012015\\_concepts\\_of\\_the\\_global\\_south.pdf](https://kups.ub.uni-koeln.de/6399/1/voices012015_concepts_of_the_global_south.pdf).

Serrano Cruz, Ana Esther. *Traducción feminista: lenguaje inclusivo aplicado a relatos de 'A Haunted House, and other short stories', de Virginia Woolf*. (Dissertação de mestrado). Universidad Complutense de Madrid, 2019. <https://eprints.ucm.es/57502/>.

Simon, Sherry. *Gender in translation*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1996.

Simon, Sherry. “Introduction”. *Changing the terms: Translating in the postcolonial era* (pp. 9-29), En Sherry Simon; Paul St-Pierre (Eds.), Ottawa: University of Ottawa Press, 2000.

Spivak, Gayatri Chakravorty. *In other worlds: Essays in cultural politics*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1988.

Spivak, Gayatri Chakravorty. *The politics of translation em Outside in the teaching machine*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1993.

Susam-Saraeva, Sebnem. “A multilingual and ‘international’ translation studies?”. *Cross-cultural transgressions ii*, Hermans, Theo (Ed.), Manchester: St Jerome, 2002, pp. 193–200.

Thayer, Millie. *Making transnational feminism. Rural women, ngo activists and northern donors in Brazil*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2010.

Tissot, Damien. “Transnational feminist solidarities and the ethics of translation”. *Feminist translation studies. Local and transnational perspectives*, Castro, Olga; Ergun, Emek (Eds.), Londres/Nova Iorque: Routledge, 2017, pp. 29–40.

Vatanabadi, Shouleh. “Translating the transnational”. *Cultural Studies*, 23 (5-6), (2009): 795-809. <https://doi.org/10.1080/09502380903132371>.

Verhoef, Marlene; Blaauw, Johan. “Towards comprehending spoken-language educational interpreting as rendered at a South African university”. *Translation Studies in Africa*, Inggs, Judith; Meintjes, Libby (Eds.), Nova Iorque: Continuum, 2009, pp. 204–222.

Vidal Claramonte, África. *El futuro de la traducción: últimas teorías, nuevas aplicaciones*. Valencia: Diputació de València & Institució Alfons el Magnànim, 1998.

Voldeng, Evelyne. “The elusive source text”. *Canadian Literature*, 105, (1985): 138–139.

Walby, Sylvia. “Gender, globalization and democracy”. *Gender and Development*, 8 (1), (2000): 20–28. <https://doi.org/10.1080/741923409>.

## Anexo bibliográfico

As seguintes referências são de caráter ilustrativo e têm como objetivo facilitar diálogos e encontros entre colegas que se interessem pelos estudos feministas (transnacionais) da tradução, muito especialmente a partir de âmbitos ibéricos e latino-americanos.

### i. Historiografias feministas

Agorni, Mirella. “A marginal(ized) perspective on translation history: Women and translation in the eighteenth century”. *Meta*, 50 (3), (2005): 817–830. <https://doi.org/10.7202/011598ar>.

Aguirre Gaviria, Beatriz Eugenia. “Soledad Acosta de Samper y su papel en la traducción en Colombia en el siglo XIX”. *Íkala*, 9 (15), (2004): 233–267.

Alarcón, Norma. “Traddutora, traditora: A paradigmatic figure of Chicana feminism”. *Cultural Critique*, 13, (1989): 57–87. <https://doi.org/10.2307/1354269>.

Alencar, Eduarda dos Santos; Friesen Blume, Rosvitha. “Mulheres traduzindo literatura no Brasil nos séculos XIX e XX”. *Ciência & Trópico*, 39, (2015): 97–115.

Arango-Keeth, Fanny. “La construcción del sujeto autobiográfico, histórico y político en la correspondencia epistolar de Clorinda Matto de Turner”. *Escritoras del siglo XIX en América Latina*, Guardia, Sara Beatriz (Ed.), Lima: CEMHAL, 2012.

Bacardí, Montserrat; Godayol, Pilar. “Catalan women translators: An introductory overview”. *The Translator*, 20 (2), (2014): 144–161. <https://doi.org/10.1080/13556509.2014.968327>.

Castro, Olga. “Traductoras gallegas en el siglo XX: reescribiendo la historia de la traducción desde el género y la nación”. *MonTi*, 3, (2011): 107–153. <https://doi.org/10.6035/MonTI.2011.3.4>.

Delisle, Jean (Dir.). *Portraits de traductrices*. Ottawa: Les Presses de l’Université d’Ottawa & Artois, 2002.

Dépêche, Marie France. “As traduções subversivas feministas ontem e hoje”. *Labrys, Estudos Feministas*, (2002): 1–2. [https://www.labrys.net.br/labrys1\\_2/mfd1.html](https://www.labrys.net.br/labrys1_2/mfd1.html).

Kripper, Denise. “La Malinche: tres paradigmas de traducción”. *The Quiet Corner Interdisciplinary Journal*, 1 (1), 2015. <https://open-commons.uconn.edu/tqc/vol1/iss1/1>.

Lojo, María Rosa. “Eduarda Mansilla: la traducción rebelde”. *Feminaria*, 30–31, (2007): 24–32.

Robinson, Douglas. “Theorizing translation in a woman’s voice: Subverting the rhetoric of patronage, courtly love and morality”. *The Translator*, 1 (2), 1995, p. 153–175. <https://doi.org/10.1080/13556509.1995.10798955>.

Romero López, Dolores (Ed.). *Retratos de tradutoras en la Edad de Plata*. Madrid: Escolar y Mayo, 2016.

Shaw, Susan. *A religious history of Julia Evelina Smith’s 1876 translation of the Holy Bible. doing more than any man has ever done*. São Francisco: Mellen Research, 1993.

Silva-Reis, Dennys e Carvalho Fonseca, Luciana. “Nineteenth century women translators in Brazil: From the novel to historiographical narrative”. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, 34, 2018, p. 23–46.

Wolf, Michela. “The creation of a ‘Room of one’s own’: Feminist translators as mediators between cultures and genders”. In: Santaemilia, José (Ed.), *Gender, sex and translation: The manipulation of identities*. Manchester: St. Jerome, 2005, p. 15–25.

## ii. Aberturas temáticas em contextos ibéricos e latino-americanos

Aja Sánchez, José Luis. “La traducción del cuerpo y de la sexualidad femenina en la literatura juvenil”. In: Zaragoza Ninet, Gora et al. (Eds.), *Traducción, género y censura en la literatura y los medios de comunicación*. Granada: Comares, 2018, p. 123–134.

Antón, Tamara de Inés. *Translating Central American life writing for the Anglo-phone market: A socio-narrative study of women's agency and political radicalism in the original and translated works of Claribel Alegría, Gioconda Belli and Rigoberta Menchú* (tese de doutorado). University of Manchester, Manchester, 2017. [https://www.research.manchester.ac.uk/portal/files/57431166/FULL\\_TEXT.PDF](https://www.research.manchester.ac.uk/portal/files/57431166/FULL_TEXT.PDF).

Araújo, Naylane; Manzatto, Elena e Guerini, Andréia (Eds.). *Escrituras de mulheres: literatura e tradução* (vol. 47). Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. <https://ppget.pos-grad.ufsc.br/biblioteca-da-pget/bibliote-ca-digital-2/>.

Baxter, Robert Neal. “Approaching androcentrism in Galician translation”. *Galicia 21*, (B), 2010, p. 3–25.

Bengoechea, Mercedes. “Feminist translation? No way! Spanish specialised translators' disinterest in feminist translation”. *Women's Studies International Forum*, 42, 2014, p. 94–103. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2013.06.009>.

Berton Costa, Pâmela e Amorim, Lauro Maia. “Além das tradutoras canadenses: práticas feministas de tradução ontem e hoje”. *Revista Estudos Linguísticos*, 48(3), 2019, p. 1227–1247. <https://doi.org/10.21165/el.v48i3.2331>.

Brufau Alvira, Nuria. “Traducción y género. El estado de la cuestión en España”. *MonTi*, 3, 2011, p. 181–207. <https://doi.org/10.6035/MonTI.2011.3.7>.

Buján Otero, Patricia. “He aquí la vida de una mujer literata. Traducción y género en las políticas editoriales en Galicia (2011-2018)”. *Transfer*, 15(1-2), 2020, p. 31–51. <https://doi.org/10.1344/transfer.2020.15.31-51>.

Cagnolati, Beatriz. “La traduction féministe en tant que pratique à explorer dans la formation des traducteurs”. In: Luchetti, Fabiana *et al.* (Eds.). *Actes du xiiie congrès national de professeurs de français*. Buenos Aires: Editores Asociados, 2015, p. 172–178.

Cagnolati, Beatriz; Femenías, María Luisa e Vukovic, Jovanka. “Simone de Beauvoir en Argentina: el rol de las editoriales y de las traducciones en la recepción de su obra”. *Belas Infiéis*, 8(2), 2019, p. 31–49. <https://doi.org/10.26512/belasinfiéis.v8.n2.2019.24372>.

Camus Camus, Carmen. “Women, translation and censorship in the Franco regime”. *MonTI*, 3, 2011, p. 447–470. <https://doi.org/10.6035/MonTI.2011.3.16>.

Carlucci, Laura. “Traducción audiovisual y perspectiva de género. A propósito del tratamiento de la violencia verbal en el doblaje”. *Transfer*, 15(1-2), p. 312–337, 2020. <https://doi.org/10.1344/trans-fer.2020.15.312-337>.

Castro Vázquez, Olga. “(Para)translated ideologies in Simone de Beauvoir’s *Le deuxième sexe*: The (para)translator’s role”. In: Seruya, Teresa e Moniz, Maria Lin (Eds.). *Translation and Censorship in Different Times and Landscapes*. Newcastle: Cambridge Scholars, 2008, p. 130–146.

Castro Vázquez, Olga. “El género (para)traducido: pugna ideológica en la traducción y paratraducción de O curioso incidente do can a medianoite”. *Quaderns*, 16, 2009, p. 251–264.

Castro, Olga. “Por una geopolítica feminista de la traducción: escritoras (gallegas) traducidas en el mercado editorial británico”. *Transfer*, 15(1-2), 2020, p. 52–92. <https://doi.org/10.1344/transfer.2020.15.52-92>.

Corrius, Montse; De Marco, Marcella e Espasa, Eva. “Situated Learning and situated knowledge: Gender and translating audiovisual adverts”. *The Interpreter and Translator Trainer*, 10(1), 2016, p. 59–75. <https://doi.org/10.1080/1750399X.2016.1154343>.

Francí Ventosa, Carmen. “La feminización del ejercicio profesional de la traducción editorial: entre la precariedad y el entusiasmo”. *Transfer*, 15(1-2), 2020, p. 93–114. <https://doi.org/10.1344/trans-fer.2020.15.93-114>.

Franco Aixelà, Javier. “Gender and translation studies. A bibliometric approach”. In: Williams, Julia T. et al. (Eds.). *Translation and gender. Discourse strategies to shape gender*. Santander: Cantabria UP, 2018, p. 19–38.

Godayol, Pilar. “Génere i traducció en català. Bases arqueològiques per a un estat de la qüestió”. *MonTi*, 3, 2011, p. 53–73. <https://doi.org/10.6035/MonTI.2011.3.2>.

Godayol, Pilar. *Tres escriptores censurades. Simone de Beauvoir, Betty Friedan y Mary McCarthy*. Lleida: Punctum, 2016. [Trad. por Pilar Godayol como *Tres escritoras censuradas. Simone de Beauvoir, Betty Friedan y Mary McCarthy*. Granada: Comares, 2017].

Godayol, Pilar e TARONNA, Annarita. (Eds.). *Foreign women authors under fascism and francoism. Gender, translation and censorship*. Newcastle: Cambridge Scholars, 2018.

Gómez Castro, Cristina. “Translated overseas, manipulated in Spain. Two Argentinean translations facing censorship in the last Franco’s years”. In: Zaragoza Ninet, Gora et al. (Eds.). *Traducción, género y censura en la literatura y los medios de comunicación*. Granada: Comares, 2018, p. 161–176.

Khan, Norma. “Locating women’s writing and translation in the Americas in the age of Latinamericanismo and globalization”. In: Alvarez, Sonia E. et al. (Eds.). *Translocalities/translocalidades*. Durham: Duke UP, 2014, p. 39–56. <https://doi.org/10.1215/9780822376828-003>.

Martín Lucero, Marta. “Interseccionalidad y feminist-relational approach: nuevos enfoques para la formación y actuación de intérpretes en contextos de violencia de género”. *Asparkía*, 26, 2015, p. 91–104.

Matos, Naylane Araújo e Friesen Blume, Rosvitha. “O papel dos paratextos em Wide Sargasso Sea (Jean Rhys) e na sua tradução brasileira”. *Belo Horizonte*, 23(1), 2017, p. 230–241. <https://doi.org/10.17851/1982-0739.23.1.230-241>.

Matos, Naylane Araújo, Guimarães Barboza, Beatriz Regina e Dos Santos, Sheila Cristina. “Estudos feministas de tradução: um recorte de pesquisas do Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (PGET-UFSC)”. *Belas Inféis*, 7(2), 2018, p. 43–61. [ht-tps://doi.org/10.26512/belasinfieis.v7i2.15266](https://doi.org/10.26512/belasinfieis.v7i2.15266).

Montes, Antonia. “Teaching Gender Issues in Advertising Translation: The Case of University Marketing”. In: De Marco, Marcella e Toto, Piero (Eds.). *Gender approaches in the translation classroom. Training the doers*. Londres: Palgrave, 2019, p. 63–82. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-04390-2\\_5](https://doi.org/10.1007/978-3-030-04390-2_5).

Pérez L. De Heredia, María. “Del universo doméstico al espacio público: traducciones y adaptaciones de la identidad femenina en la ficción televisiva”. In: Santaemilia, José (Ed.). *Traducir para la igualdad sexual*. Granada: Comares, 2017, p. 123–136.

Reimóndez, María. “The curious incident of feminist translation in Galicia: Courtcases, lies and gendern@tions”. *Galicia 21(A)*, 2009, p. 68–89.

Reimóndez, María. “Distance or engagement? Questioning mainstream discourses on interpreter professionalism from a feminist and postcolonial perspective”. In: Santaemilia, José (Ed.). *Traducir para la igualdad sexual*. Granada: Comares, 2017, p. 137–148.

Reimóndez, María. “El enfoque feminista de la traducción e interpretación: una ventaja competitiva”. *Transfer*, 15(1-2), 2020, p. 168–190. <https://doi.org/10.1344/trans-fer.2020.15.168-190>.

Santaemilia, José. “La traducción hoy en día: retrato de una profesión feminizada. Aspectos éticos y laborales”. *Transfer*, 15(1-2), 2020, p. 207–232. <https://doi.org/10.1344/transfer.2020.15.207-232>.

Sánchez, Lola. “The truth about sexual difference. Scientific discourse and cultural transfer”. *The Translator*, 13(2), 2007, p. 171–194.

Sánchez, Lola. “Translation and the circuits of globalization: In search of more fruitful feminist dialogues in contemporary Spain”. In: Castro, Olga e Ergun,

Emek (Eds.), *Feminist translation studies. Local and transnational perspectives*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2017, p. 56–69. <https://doi.org/10.1080/13556509.2007.10799237>.

Schäffer, Ana Maria de Moura. “Sobre tradução feminista (ou de gênero?) no Brasil: algumas considerações”. *Tradução & Comunicação*, 21, 2010, p. 93–111.

Silva, Luciana de Mesquita. “Feminismo negro estadunidense e sua (in)visibilidade no cenário brasileiro: questões de tradução”. *Ártemis*, 27(1), 2019, p. 182–205. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.46706>.

Storni Fricke, Verónica (Dir.). *Nuevos enfoques en la teoría, crítica y didáctica de la traducción: traducción poscolonial, feminista y queer*. Buenos Aires: Instituto de Educación Superior en Lenguas Vivas “J. R. Fernández”, 2018.

Toledano Buendía, Carmen e Del Pozo, Maribel. *Interpretación en contextos de violencia de género*. Valência: Tirant, 2015.

Toledano Buendía, Carmen. “Integrating gender perspective in interpreter training: A Fundamental requirement in contexts of gender violence”. In: De Marco, Marcella e Toto, Piero (Eds.). *Gender approaches in the translation classroom. Training the doers*. Londres: Palgrave, 2019, p. 167–187. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-04390-2\\_10](https://doi.org/10.1007/978-3-030-04390-2_10).

Torres, Marie Hélène. “A pouca visibilidade das escritoras brasileiras traduzidas na França no século XX”. *Cadernos de Tradução*, 19, 2007, p. 81–95.

Villanueva-Jordán, Iván e Calderón Díaz, Silvia. “Enseñar a traducir mediante temas de género: adaptación del diseño instruccional de un taller de iniciación a la traducción”. *MonTI*, 11, 2019, p. 109–129. <https://doi.org/10.6035/MonTI.2019.11.4>.

Zaragoza Ninet, Gora. “Muted English novelists: Researching women, translation and censorship in Spain”. In: Williams, Julia T. et al. (Eds.). *Translation and gender. Discourse strategies to shape gender*. Santander: Cantabria UP, 2018, p. 39–58.

### iii. Estudos da tradução lgbtia+ e queer

Baer, Brian e Kaindl, Klaus (Eds.). *Queering translation, translating the queer. Theory, practice, activism.* Londres/Nova Iorque: Routledge, 2018. <https://doi.org/10.4324/9781315505978>.

Domínguez Ruvalcaba, Héctor. *Translating the queer: Body politics and transnational conversations.* Londres: Zed, 2016.

Epstein, B.J. e Gillet, Robert (Eds.). *Queer in translation.* Londres/Nova Iorque: Routledge, 2017.

Harvey, Keith. “Gay community, gay identity and the translated text”. *TTR*, 13(1), 2000, p. 137–165. <https://doi.or-g/10.7202/037397ar>.

Jarrín, Alvaro. “Untranslatable subjects: Travesti access to public health care in Brazil”. *Transgender Studies Quarterly*, 3(3-4), 2016, p. 357–375. <https://doi.org/10.1215/23289252-3545095>.

Júnior, Adail Sebastião Rodrigues. “Gender-bend(er)ing’ Male identity: First steps in search of a critical-discursive approach to gay literature translation”. *Cadernos de Tradução* 1(13), 2004, p. 55–79.

Larkosh, Christopher. *Re-engendering translation. Transcultural practice, gender/sexuality and the politics of alterity.* Manchester: St. Jerome, 2011.

Martínez Pleguezelos, Antonio. *Traducción e identidad sexual. Reescrituras audiovisuales desde la teoría queer.* Granada: Comares, 2018.

Rea, Caterina, Goulart Paradis, Clarissa e Santos Amancio, Izzie Madalena (Eds.). *Traduzindo a África queer.* Salvador: Devires, 2018.

Villanueva-Jordán, Iván. “Abrir paso a las masculinidades gais en la traductología”. *Asparkía*, 35, 2019a, p. 129–150. <https://doi.org/10.6035/Aspar-kia.2019.35.7>.

Villanueva-Jordán, Iván. “‘You better werk’. Rasgos del camp talk en la subtitulación al español de Rupaul’s Drag Race”. *Cadernos de Tradução*, 39(3), 2019b, p. 156–188. <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2019v39n3p156>.

Zhongli, Yu. “Gender in translating lesbianism in ‘The second sex’”. *MonTI*, 3, 2011, p. 421–445. <https://doi.org/10.6035/Mon-TI.2011.3.15>.

Recebido em: 03/02/2022

Aceito em: 20/05/2022

Publicado em agosto de 2022

---

Olga Castro. E-mail: olga.castro@warwick.ac.uk. <https://orcid.org/0000-0002-2825-9618>.

Maria Laura Spoturno. E-mail: lauraspoturno@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-9678-5767>.

Maria Barbara Florez Valdez. E-mail: mariabarbaraflorez@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-4099-5087>.

Beatriz Regina Guimarães Barboza. E-mail: beatriz.r.guimaraes@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-8045-4912>.